

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Promessa de Lula para ampliar isenção de IR até R\$ 5.000 pode custar R\$ 216 bi..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte tem menos de 30 dias para declarar o Imposto de Renda.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto pode reduzir em bilhões de reais custo com obrigações fiscais.....6

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entre jabutis , jabuticabas e benefícios, veja onde governo já indicou que buscará recursos
..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto terá de ampliar seu esforço para criar base de apoio (Editorial).....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados vão à OCDE conhecer o IVA no mundo..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Na reforma, não faz sentido ter alíquota por setor"..... 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara adia votação do projeto das fake news..... 16

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A economia no fim da fila - VERA MAGALHAES..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve afetar lucro das companhias abertas.....21

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros: hora de virar o disco.....23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaristas e evangélicos barram PL das Fake News - NAS ENTRELINHAS.....24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação de fortunas rende prêmio de jovem economista.....26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC manterá hoje juros e tom conservador, dizem analistas.....28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Impostos sobre a renda - BERNARDO GUIMARÃES	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Nenhum país adota a criminalização da política fiscal"	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Haddad vai ao STF para garantir receita	34
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
O império dos jabutis continua a reinar - RAPHAEL DI CUNTO	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado vê inflação em alta e Selic estável	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado financeiro aposta em taxa básica de juros mantida em 13,75%	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Persistência da inflação sobe para 4,67% este ano e "segura" queda do IPCA em 2024	42

Promessa de Lula para ampliar isenção de IR até R\$ 5.000 pode custar R\$ 216 bi

Idiana Tomazelli

A promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de elevar a isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para salários de até R\$ 5.000 até o fim do mandato pode custar R\$ 216 bilhões ao longo de quatro anos, segundo cálculos da XP Investimentos.

A estimativa é preliminar e considera a manutenção do modelo de isenção adotado neste ano pelo governo petista, que reduz o impacto para as contas públicas. O formato combina correção da tabela e uma dedução simplificada -vantajosa apenas para aqueles com menores remunerações.

O impacto potencial da promessa é menor do que os R\$ 423 bilhões que deixariam de ser arrecadados caso o governo Lula simplesmente corrigisse a tabela do IRPF para elevar a faixa de isenção a R\$ 5.000 mensais.

Ainda assim, o valor é significativo no momento em que a equipe econômica ainda persegue o equilíbrio fiscal. O time do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já lançou uma série de medidas na tentativa de elevar a arrecadação federal e retomar a trajetória de superávit -quando o governo tem mais receitas do que gastos.

Muitas delas, porém, ainda não surtiram o efeito esperado ou esbarram em impasses judiciais.

A ampliação da isenção no Imposto de Renda está na lista de promessas de Lula desde a campanha eleitoral de 2022, mas é vista com ressalvas na área econômica justamente pelo impacto nas contas. Já a ala política considera que a ampliação do poder de consumo das famílias renderá frutos também para o governo, dando impulso à atividade econômica.

A ideia foi reafirmada pelo petista em declarações neste 1º de Maio, quando discursou durante ato unificado das centrais sindicais em celebração ao Dia do Trabalho, em São Paulo.

"Até ontem [30 de abril], o trabalhador que ganhava acima de R\$ 1.903 pagava Imposto de Renda sobre o que ele ganhava acima de R\$ 1.900. Agora, aumentamos o limite para R\$ 2.640. Então, até R\$

2.640, ninguém vai pagar mais um centavo de Imposto de Renda. E vocês sabem que eu tenho um compromisso com vocês até o fim do meu mandato de que a gente vai ter isenção até R\$ 5.000", disse.

O presidente também defendeu a isenção total dos rendimentos recebidos pelos trabalhadores em forma de PLR (participação nos lucros e resultados). Hoje, esses valores ficam livres de IR até um teto de R\$ 6.270 -acima disso, incidem alíquotas que vão de 7,5% a 27,5%.

O economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto calcula que a promessa de Lula para elevar a isenção do IRPF pode custar R\$ 36 bilhões em 2024, R\$ 70 bilhões em 2025 e R\$ 106 bilhões em 2026, último ano de mandato do petista. Neste ano, a correção deve ter impacto de R\$ 3,9 bilhões, nas contas do especialista.

A simulação considera uma correção gradual da tabela e a manutenção da dedução simplificada, mecanismo criado pelo governo para conceder o benefício apenas àqueles que não têm outro valor maior para abater do imposto, como contribuição à Previdência ou pagamento de pensão.

Neste ano, a dedução simplificada será de R\$ 528 mensais (o equivalente a 25% da nova faixa de isenção, que é de R\$ 2.112). Segundo Sbardelotto, a conta prevê que essa proporção de 25% será mantida ao longo dos anos.

Para o economista, a inovação implementada pelo governo Lula deve ser mantida mesmo após eventual reforma do Imposto de Renda, uma vez que ela focaliza o benefício da isenção apenas em trabalhadores da base da pirâmide. "Fica mais fácil para o governo fazer elevação para os R\$ 5.000 com custo menor", diz.

Por outro lado, ele ressalta que essa estratégia tem limites, uma vez que a ampliação da dedução simplificada pode levar a mudanças de comportamento dos contribuintes, que teriam uma isenção garantida. "O impacto poderia ser maior", afirma.

No caso do PLR, o custo para o governo seria menor (cerca de R\$ 4 bilhões ao ano, segundo a XP Investimentos), mas a medida seria mais regressiva -

isto é, beneficiária trabalhadores de maior renda, que recebem apenas como PLR um valor superior a R\$ 6.270, quase cinco salários mínimos.

Entre os contemplados estariam funcionários de estatais não dependentes do Tesouro Nacional, que têm PLRs generosos. Como mostrou a Folha, em 2021 o pagamento médio de participação nos lucros foi de R\$ 24,3 mil na Caixa, R\$ 27 mil no Banco do Brasil e R\$ 108,1 mil no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Trabalhadores do setor privado que recebem PLR também seriam beneficiados. Em 2021, os contribuintes declararam rendimentos de R\$ 34,1 bilhões com participação nos lucros no exercício de 2020.

"A medida acabaria beneficiando uma parcela de trabalhadores que recebem maiores rendimentos hoje", diz Sbardelotto.

O economista alerta ainda que a defesa pública por mais isenções dá uma sinalização na contramão do que a própria equipe econômica vem pregando.

"O governo tem dado sinais contraditórios. Fala em estabelecer teto de gastos numa semana, e na semana seguinte institui correção real do salário mínimo baseada no crescimento do **PIB** [Produto Interno Bruto] dos dois anos anteriores e em política de valorização de servidores. Tem várias despesas sendo criadas. Embora do lado da receita o governo tenha anunciado várias medidas de recomposição, tem o governo também correndo para elevar essas isenções", afirma.

No caso do PLR, a medida ainda pode atrapalhar a discussão de uma taxa sobre lucros e dividendos distribuídos por empresas a seus sócios e acionistas. O Brasil é um dos poucos países que não tributa esse tipo de rendimento. A equipe econômica quer cobrar IR sobre esses valores, mas a isenção do PLR pode criar ruído em torno desse debate.

Para o economista da XP, os pacotes de Haddad para arrecadar mais podem não ser suficientes para arcar com as promessas de Lula.

O governo já anunciou mudanças no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, o tribunal administrativo que julga conflitos tributários, criou um programa para contribuintes devedores renegociarem seus débitos e conta com o fim de uma brecha na legislação para evitar o desconto de benefícios fiscais do ICMS da base de cálculo de **tributos** federais.

Só a última mudança poderia render R\$ 90 bilhões nas

contas de Haddad. No entanto, quando o ministro se preparava para celebrar uma vitória com o julgamento favorável no STJ (Superior Tribunal de Justiça), o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a aplicação da medida, adiando os efeitos práticos sobre a arrecadação.

O custo da promessa

QUANTO É A ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA HOJE?

O governo Lula editou MP (medida provisória) para elevar a faixa de isenção a R\$ 2.112 e criar uma dedução simplificada de R\$ 528. Na prática, ficarão isentos de IR os rendimentos de R\$ 2.640 -o equivalente a dois salários mínimos.

O QUE LULA ANUNCIOU NO 1º DE MAIO?

O presidente prometeu ampliar a isenção do Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5.000 mensais até o fim de seu mandato, que acaba no fim de 2026.

QUANTO O GOVERNO VAI DEIXAR DE ARRECADAR COM ISSO?

Segundo cálculos da XP Investimentos, a renúncia fiscal pode chegar a R\$ 216 bilhões no acumulado dos quatro anos, considerando a manutenção do modelo que combina correção da tabela e dedução simplificada.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50265&maxTouch=0&_ga=2.18931064.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

Contribuinte tem menos de 30 dias para declarar o Imposto de Renda

Cristiane Gercina

O contribuinte obrigado a declarar o Imposto de Renda 2023 tem menos de 30 dias para prestar contas à **Receita Federal**. O prazo final se encerra no dia 31 de maio, às 23h59. Quem é obrigado e atrasa o envio paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto.

Contribuintes que receberam rendimentos tributáveis demais de R\$28.559,70 no ano de 2022 terão de prestar contas. São considerados rendimentos tributáveis os valores recebidos de salário, aposentadoria e aluguel de imóvel, entre outros, além da renda paga aos trabalhadores autônomos. Há ainda outras regras que obrigam a declarar.

Neste ano, há algumas novidades, como a ampliação do modelo pré-preenchido, em que parte das informações já está no programa da **Receita Federal**, e a possibilidade de entrar na fila de prioridade para receber a restituição caso opte pelo depósito dos valores por Pix ou envie a declaração pré-preenchida.

Quem movimentou ações na Bolsa de Valores também deve ficar atento. A regra que obrigava a entrega da declaração se houvesse qualquer tipo de movimentação no ano-base mudou. Agora, apenas quem realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas, está obrigado a declarar, assim como quem obteve lucro sujeito ao imposto com a venda de ações.

São esperados entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações. Em 2022, o fisco recebeu mais de 36 milhões de documentos, acima da previsão inicial de 34,4 milhões. A Receita criou ainda a figura do "contador da família", que é uma pessoa autorizada por outras para preencher e entregar a declaração do IR2023.

Q primeiro passo para entregar a declaração é baixar o programa de preenchimento e envio no computador, o que pode ser feito no site da Receita (gov.br/receitafederal). Há também a possibilidade de declarar pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para celular ou tablet, ou pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**). Nesta opção, é preciso ter senha gov.br.

O contribuinte precisa informar o tipo de declaração, se é de ajuste anual, final de espólio ou de saída definitiva do país, e preencher os dados.

A primeira ficha é de identificação do contribuinte. Depois, vem a ficha de dependentes e, em seguida, a de informação de rendimentos, que devem ser declarados conforme a origem: em recibos de PJ, se de empresa, ou de PF, se pagos por pessoa física. Nesse caso, a declaração deve informar os valores mês a mês.

Os gastos dedutíveis do IR vão em "Pagamentos Efetuados", ficha na qual se informam despesas com saúde, educação e pensão alimentícia, entre outras, que sejam suas ou de seus dependentes.

A ficha "Bens e Direitos" traz, desde 2022, a opção de declarar os bens por grupos; casa e apartamento vão no grupo 1 e carros, no 2. É preciso declarar ainda conta bancária com saldo acima de R\$ 140.

Se houver empréstimos, como crédito consignado, por exemplo, eles devem ser declarados em "Dívidas e Ônus Reais". É obrigatória a informação da dívida acima de R\$ 5.000, mas os consultores recomendam informar dívidas de qualquer valor.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50265&maxTouch=0&_ga=2.18931064.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

Projeto pode reduzir em bilhões de reais custo com obrigações fiscais



Presidente da Afrac, Paulo Guimarães: projeto de lei complementar pavimenta a reforma tributária

Bárbara Pombo De Brasília

Em meio às negociações sobre a **reforma tributária**, avança no Congresso Nacional uma proposta que promete simplificar e reduzir os custos com o cumprimento de obrigações acessórias para o pagamento de **tributos** no país. O Projeto de Lei Complementar (PLP) n° 178, de 2021, prevê a reunião de oito tipos de nota fiscal em um único documento - a Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e).

De iniciativa da Câmara dos Deputados, o projeto teve aval na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no mês de março. No plenário, foram sugeridas emendas que, agora, deverão ser analisadas pelos senadores.

A proposta prevê uma mecânica para o recolhimento de **tributos** nas esferas federal, estadual e municipal e que vale para todos os **tributos**, menos para o Imposto de Renda e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Seria compatível com o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) desenhado nas propostas de **reforma tributária** que estão em discussão, segundo Paulo Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Tecnologia para Comércio e Serviços (Afrac), entidade que criou o sistema incorporado no projeto.

"O projeto pavimenta a **reforma tributária** - qualquer que ela seja - porque atua na inteligência do recolhimento [dos **tributos**]", diz Guimarães. "Isso é algo que pode ser feito agora de forma rápida sem pisar no pé de ninguém", acrescenta.

A associação calcula uma economia de R\$ 154 bilhões por ano para as empresas com a redução da burocracia com declarações de operações ao Fisco.

O cálculo leva em conta levantamento da consultoria Deloitte divulgado em 2020 sobre o tempo gasto pelas empresas com a apuração e pagamento de **tributos** e preenchimento de declarações ao Fisco - o chamado compliance fiscal. Grandes empresas levam 34 mil horas por ano com burocracia tributária.

Segundo Guimarães, a reengenharia do sistema também traria benefício para os Fiscos. Uma das vantagens seria a centralização das informações em uma única nuvem.

"A **Receita Federal** poderá ter um painel com todos os **impostos** recolhidos no país. Dará um nível de governança fantástico", afirma. "Os Estados também poderão se aproveitar. Hoje, da forma como está, os Estados não enxergam o que é arrecadado de ISS nos municípios dentro deles, só as prefeituras", acrescenta.

Além da unificação das notas fiscais em um único documento, o projeto de lei diz que o sistema vai fornecer ao contribuinte declarações fiscais pré-preenchidas para fins de declaração do imposto devido. Esse preenchimento prévio virá a partir das informações que as empresas colocarem nas notas fiscais emitidas.

Atualmente, de acordo com Guimarães, nenhuma declaração é pré-preenchida, exceto a do Imposto de Renda da Pessoa Física.

"Além da economia de tempo, há aumento da segurança jurídica na medida em que grande parte do passivo tributário de hoje nasce quando a empresa reporta um livro fiscal com divergências de informações ou erros no preenchimento das declarações", afirma o presidente.

Com a aprovação do projeto de lei, pode cair ainda a

obrigação de as empresas terem inscrições em cada uma das esferas fiscais - federal, estaduais e municipais-para operar. Os cadastros fiscais seriam unificados em um Registro Cadastral Unificado (RCU).

O CNPJ, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, segundo a proposta, bastaria como "identidade cadastral única e suficiente para identificação da pessoa jurídica nos bancos de dados de serviços públicos".

A implementação de todo esse sistema, segundo a redação do projeto de lei, ficaria a cargo de um Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA). Esse grupo seria composto por representantes com mandato da **Receita Federal**, dos Fiscos estaduais e municipais e do setor privado.

"Esse colegiado é importante para garantir longevidade e adequação do sistema ao longo do tempo", afirma Guimarães.

A proposta de simplificação das obrigações acessórias tem apoio da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que a considera prioritária. Também está na lista de prioridades da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregue no início do ano ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Mas sofre resistências por parte de Estados e municípios. O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), por exemplo, entende que a discussão sobre a simplificação das obrigações acessórias deveria ser feita apenas depois da aprovação de reforma do sistema tributário sobre o consumo.

"O texto ignora as diferenças entre as bases de incidência tributária (consumo, renda e patrimônio), propondo um sistema que confunde realidades operacionais e de impraticável implementação", resume, em nota, a entidade.

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) negocia a aprovação de uma emenda ao projeto. A ideia seria segregar os **impostos** - como ISS, 1CMS e IP1 - dentro de uma nota única. Esse documento teria layout e informações que contemplem as diversas incidências dos **impostos**, suas bases de cálculo e alíquotas.

"Somos a favor de uma nota nacional, mas queremos que espelhe a realidade. O texto parte da premissa de que temos um imposto único", diz Ricardo Almeida, assessor jurídico da entidade.

De acordo com Almeida, mesmo que se aprove a **reforma tributária** com o imposto único da PEC 45, o

sistema atual ainda vai continuar existindo por mais dez anos. "E o empresário precisará emitir suas notas pelo sistema atual pela próxima década", ele complementa.

Procurada, a **Receita Federal** informou, por meio de nota enviada ao Valor, que não comentaria a proposta.

"Somos a favor de uma nota nacional, mas queremos que espelhe a realidade" Ricardo Almeida

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Projeto pode reduzir em bilhões de reais custo com obrigações fiscais

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187534>

Entre jabutis , jabuticabas e benefícios, veja onde governo já indicou que buscará recursos

Por *Alexandro Martello, g1 - Brasília*

A equipe econômica tem trabalhado para aumentar a arrecadação federal como forma de reequilibrar as contas públicas.

Esse objetivo está na proposta do arcabouço fiscal - a nova regra para as contas públicas, que ainda tem de ser aprovada pelo Congresso Nacional (veja mais detalhes ao final desta reportagem).

Para equilibrar as contas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem mirado a reversão dos chamados jabutis - conteúdos estranhos, sem relação com o texto original de propostas votadas pelo Legislativo.

Haddad também tem defendido o combate de práticas que existem somente no Brasil, ou em poucos países mundo, que reduzem a arrecadação - apelidadas de jabuticabas .

O governo tem dito ainda que buscará reduzir os benefícios fiscais existentes, chamados de gastos tributários , que são renúncias de receita geradas com a redução de **tributos** promovida para compensar ou incentivar setores da economia e regiões do país.

Em audiência no Senado na última semana, Haddad defendeu a abertura do que chamou de caixa-preta dos benefícios fiscais. Ao mesmo tempo, a **Receita Federal** diz que conduz estudos sobre o assunto.

Segundo o ministro da Fazenda, a conta negativa dos jabutis e dos benefícios fiscais de empresas, considerados ilegítimos por Haddad, pode superar a marca dos R\$ 500 bilhões.

Jabutis e Jabuticabas

Em abril, o ministro Fernando Haddad demonstrou preocupação com medidas aprovadas no Congresso que acabam resultando em perda de arrecadação pela União.

O ministro alertou que, em geral, essas aprovações ocorrem por meio de emendas jabutis , ou seja,

emendas estranhas ao assunto principal do projeto.

Entre os jabutis citados por Haddad, está uma medida que resultou na perda de R\$ 90 bilhões por ano em arrecadação. Isso porque uma emenda permitiu que as empresas abatessem incentivos fiscais concedidos por estados, via ICMS, da base de cálculo de **impostos** federais. Na semana passada, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reverteu a medida ao decidir que devem incidir **impostos** sobre determinados incentivos fiscais dados por estados a empresas.

No campo das jabuticabas , o governo tem sinalizado que busca acabar com benefícios que existem somente no Brasil, ou em outros poucos países. Para isso, porém, terá de obter apoio no Congresso Nacional.

Em janeiro, para elevar a arrecadação, o governo propôs o retorno do do voto de desempate a favor do Fisco nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) - órgão colegiado responsável pelo julgamento de recursos de empresas multadas pela **Receita Federal**. Haddad tem dito que formato semelhante para esse conselho, beneficiando os contribuintes, não existe em outros países. A equipe econômica também quer fechar brechas legais utilizadas por empresas nas vendas ao exterior para aumentar a arrecadação de **impostos**. O governo diz que algumas empresas exportadoras fazem triangulação em paraísos fiscais para recolher menos Imposto de Renda. A medida, que tramita no Congresso, pode elevar a arrecadação anual entre R\$ 20 e R\$ 30 bilhões. O Ministério da Fazenda também indicou que tentará acabar com o benefício dos juros sobre capital próprio, que consiste em uma forma de distribuição dos lucros de uma empresa de capital aberto (que tem ações na bolsa) aos seus acionistas. Esse sistema existe em poucos países do mundo. Outra jabuticaba que o governo Lula já indicou que buscará eliminar é a ausência da tributação da distribuição de lucros e dividendos. Os lucros das empresas já são taxados no Brasil, mas a sua distribuição para as pessoas físicas, desde 1996, é livre de tributação - algo que não acontece em quase todos países. Esse tema deverá ser tratado no

segundo semestre. A tributação de fundos exclusivos também está na mira da equipe econômica. Fundos exclusivos são aqueles formados por grandes investidores. A ideia seria tributá-los com uma periodicidade e não só no resgate. Segundo o blog da jornalista Julia Dualibi, colunista do g1, deve ficar para o segundo semestre deste ano - no âmbito da reforma do Imposto de Renda.

Gastos tributários

Os benefícios fiscais, chamados de gastos tributários pela **Receita Federal**, são renúncias de receita. Ou seja, o governo abre mão de arrecadação, diminuindo **tributos** a fim de compensar ou incentivar determinados estados e setores da economia.

Para o ano de 2023, dados do Fisco apontam que os benefícios fiscais devem somar cerca de R\$ 450 bilhões.

No âmbito da **reforma tributária** sobre o consumo, a equipe econômica confirmou que podem ser extintos programas específicos que concedem cerca de R\$ 100 bilhões em benefícios fiscais.

Essa estimativa não contempla o fim de benefícios da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional, regimes que as propostas em tramitação no Congresso Nacional buscam preservar.

Em entrevista ao g1, o secretário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, avaliou que a grande maioria dos benefícios concedidos por meio do PIS/Cofins tem por objetivo desonerar setorialmente o investimento.

Segundo Appy, no novo modelo tributário proposto, o investimento será desonerado para todos os setores.

Aí não faz mais sentido discutir setorialmente como é hoje, pois vale para todo mundo. Uma boa parte dos benefícios fiscais que existem hoje vão se tornar desnecessários. Faz todo sentido acabar com eles, disse Bernard Appy.

Entre os setores e produtos que perderiam incentivos, estão: áreas de livre comércio, embarcações e aeronaves, defensivos agrícolas, produtos da cesta básica, equipamentos médicos, medicamentos, Minha Casa Minha Vida, indústria cinematográfica, livros e indústria petroquímica.

Esses incentivos desapareceriam gradualmente ao longo da transição de, ao menos, cinco anos (se, e após, a aprovação da **reforma tributária** pelo Legislativo). Para que sejam mantidos, outro formato de incentivos teria de ser implementado.

Esses recursos, porém, não engordariam os cofres públicos, pois, segundo o secretário Bernard Appy, eles já foram considerados no cálculo da alíquota de 25% para o futuro Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) - uma das maiores do mundo - que substituirá, se aprovado, o PIS, o IPI, a Cofins, o ICMS e o ISS.

Monitoramento de políticas públicas

Além da **reforma tributária**, o governo informa que já iniciou o trabalho de monitoramento e avaliação de políticas existentes, que será coordenado por uma secretaria específica, no Ministério do Planejamento, chefiada por Sérgio Firpo.

Se não forem bem avaliadas, a área econômica pode propor ao Congresso a mudança ou extinção das políticas.

De acordo com o Ministério do Planejamento, 15 políticas públicas relativas ao ciclo de 2022 estão sendo avaliadas, sendo oito de subsídios e sete de gastos diretos. São elas: Fundo Marinha Mercante, Fundo de Terras, Proex, Benefícios Previdenciários e Fapi, Biodiesel, Despesas com pesquisas C T, PRONAC e PROUNI.

O ciclo de 2023, por sua vez, contará com a avaliação de outras políticas, incluindo o Proer, o fundo clima, a dedução do IR para patrocínio ou doação e o PIS/Confins zerado sobre gás natural e carvão para geração de energia elétrica.

Arcabouço fiscal

O arcabouço fiscal traz metas para as contas públicas. O objetivo do governo é de zerar o déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar os juros da dívida pública) já em 2024 e obter saldos positivos em 2025 e 2026.

No texto da nova regra fiscal, o governo Lula propõe que as despesas não subam acima de 70% da alta das receitas, e que as despesas tenham limite de alta acima da **inflação** (real) de 0,6% a 2,5% ao ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que precisa ampliar a receita do governo em um montante entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões para viabilizar as metas contidas na proposta de arcabouço fiscal. Levantamento feito por economistas da corretora Warren Rena indica a necessidade de ao menos R\$ 254 bilhões aumento de receitas, até 2026, para atingir o piso das metas de resultado primário do arcabouço fiscal apresentado pela equipe econômica. Enquanto a regra foca no aumento de arrecadação para tentar evitar descontrole das contas públicas, analistas

avaliam que faltam indicações mais claras sobre o controle de gastos públicos e, também, de medidas para reduzi-los .

Com o ajuste fiscal proposto por meio do arcabouço fiscal, a área econômica informou que busca estabilizar a dívida pública, que pode ficar acima de 80% do **PIB**, nos próximos anos.

Com o objetivo de controlar a dívida, o governo diz que está trabalhando na harmonização da política fiscal (relativos aos gastos públicos) com a política monetária (definição dos juros por parte do Banco Central para tentar conter a **inflação**).

A expectativa da área econômica é que o buscado equilíbrio nas contas públicas possa pavimentar o caminho para o BC, que goza de autonomia operacional, possa começar a reduzir a taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano, nos próximos meses.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/03/entre-jabutis-jabuticabas-e-beneficios-veja-onde-governo-ja-indicou-que-buscara-recursos.ghtml>

Planalto terá de ampliar seu esforço para criar base de apoio (Editorial)

O governo e a Câmara dos Deputados ainda não encontraram um modo de convivência que dê segurança para a aprovação aos principais projetos que o Executivo pretende aprovar este ano, e dele dependem tanto o novo regime fiscal como a essencial **reforma tributária**. Para o todo poderoso presidente da Câmara, Arthur Lira, a relação não é de "satisfação boa", um sinal de que os aliados governistas têm demandas insatisfeitas, ou difíceis de satisfazer. Lira procurou tranquilizar o Planalto, porém: "Não vou sacanear o governo", disse em entrevista a "O Globo".

O governo Lula tem cedido espaços importantes para os partidos aliados, especialmente o PP de Lira, como diretorias na Codevasf, e havia concordado com a substituição do orçamento secreto, proibido pelo Supremo Tribunal Federal, por um esquema em que no fim prevaleceriam as indicações das emendas parlamentares, ainda que sob responsabilidade formal dos ministérios. Parece haver algo de errado, ou alguns curto-circuitos nessa intermediação dessas verbas. "Eu sempre disse que o orçamento é muito mais democrático se decidido por 600 parlamentares do que por dez ministros", afirmou Lira, insinuando a necessidade de mais agilidade ao ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais.

A coordenação de apoio político tornou-se um problema enorme para qualquer governo com o crescente domínio do orçamento pelo Congresso. O orçamento secreto dissolveu fidelidades partidárias que nunca foram fortes em prol do recebimento de recursos para deputados ungidos por Lira, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e caciques de legendas. Com isso, os rumos do voto no parlamento tornaram-se imprevisíveis, mesmo para um expert em negociação política, como o presidente Lula.

A aparente facilidade com que partidos fisiológicos têm para aderir ao governo deu a falsa impressão de que Lula, vitorioso, os traria para seu lado por gravidade, facilmente. A pequena diferença eleitoral de Lula no segundo turno, a força de partidos conservadores e a fatia minoritária dos aliados de sempre da esquerda colocaram muitos pontos de interrogação sobre o poder de bases governistas. A oferta de cargos nos ministérios e no governo não parecem mais suficientes para amarrar acordos políticos com margem mínima de segurança.

Com o Congresso descontente, e com muitos interesses a serem atendidos (e contrariados), o risco que o governo corre é o da negociação permanente, e a formação de apoios parlamentares dependendo de cada projeto a ser votado, ou seja, uma coordenação política "à la carte".

Planalto terá de ampliar seu esforço para criar base de apoio Lira viu dedos do governo na articulação de um bloco de 142 deputados que se formou unindo MDB, o PSD de Gilberto Kassab, Republicanos, Podemos e PSC, que seria uma maneira de rachar os partidos do Centrão e obter maior apoio. Sem dúvida, a divisão poderia beneficiar o Planalto que, no entanto, viu-se diante da resposta imediata da formação de um bloco ainda maior, de 172 deputados, reunindo União Brasil, PP de Lira, Federação PSDB-Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade e Patriota. Lira atraiu até mesmo aliados naturais do PT, como os socialistas e os trabalhistas.

Para piorar a situação para o Executivo, a distribuição de cargos para legendas de centro e direita não funcionou. A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, não foi tida como indicada pelo União Brasil e pretende trocar de partido.

Juscelino Filho (do União Brasil), foi alvejado por denúncias de uso indevido de verbas públicas. Ou seja, essas nomeações acabaram não sendo reconhecidas pelo União Brasil e foram consideradas na cota de Lula, o que não o beneficiou em nada e provavelmente o obrigará a uma **reforma ministerial** mais à frente.

Há mais problemas a serem resolvidos. O presidente Lula tem-se dedicado prioritariamente a recompor os laços do Brasil com a comunidade internacional, dinamitada pela política destruidora de Jair Bolsonaro e se ausentado mãos do que o conveniente de Brasília em um momento importante, em que o principal projeto imediato, o do novo regime fiscal, chega ao Congresso.

Lula também poderia e deveria ter um papel mais ativo para respaldar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na defesa de sua política fiscal. Ela tem recebido críticas dos mercados financeiros, por ser um projeto que preserva gastos e faz um ajuste impossível

pelo lado das receitas. E, pelo lado do PT, por ter gastos de menos e se preocupar em demasia com o equilíbrio fiscal quando, para a legenda, é só por meio de política anticíclicas que o país voltará a crescer.

O presidente Lula parece ter se inclinado para o lado petista na questão. Para além das críticas ao Banco Central e sua taxa de juros, ele anunciou isenção do IR até dois salários mínimos e correção do mínimo acima da **inflação** para os próximos anos.

A sinalização é de que os bancos públicos serão chamados a ampliar o crédito para estimular a expansão da economia.

Os movimentos do PT e de Lula não dão clareza para orientar preferências dos possíveis aliados. Sem se engajar nas reformas e no novo regime fiscal, os projetos podem ser derrotados ou desfigurados, com consequências muito ruins para a economia.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Planalto terá de ampliar seu esforço para criar base de apoio

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187534>

Deputados vão à OCDE conhecer o IVA no mundo

GIORDANNA NEVES

Para conhecer as práticas internacionais de tributação, deputados do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara visitam, nesta semana, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris (França).

Em uma agenda de quatro dias, até a sexta, os parlamentares terão a oportunidade de uma visão geral sobre os sistemas de cobrança de **impostos** e a aplicação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em diferentes países. A OCDE é um organismo multilateral conhecido por definir padrões dos governos para várias áreas.

Serão debatidos temas como tributação de imóveis, vantagens da cobrança do IVA na habitação, arrecadação de **impostos** ambientais, preços de transferência, economia digital e serviços financeiros, além do imposto seletivo nos países da OCDE, sobre produtos como tabaco, álcool e combustíveis.

Em março, a diretora do Centro de Política Tributária da OCDE, Grace Perez Navarro, se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília, e destacou a relevância de uma reforma eficiente, além da adequação das regras brasileiras sobre preços de transferência às normas aplicadas pelos países da organização.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Na reforma, não faz sentido ter alíquota por setor"



WILTON JUNIOR / ESTADÃO-14/3/2023

'O importante é olhar para todas as etapas da cadeia', afirma Appy

LORENNA RODRIGUES E CÉLIA FROUFE

Bernard Appy

Economista formado pela USP, integra o Ministério da Fazenda como secretário extraordinário da **Reforma Tributária**

Enquanto os diferentes setores da economia apresentam números assustadores para pedir tratamento diferenciado na **reforma tributária** - de preferência na forma de alíquotas menores -, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse ao Estadão/Broadcast que a discussão não tem sentido. "Esquece setor, a tributação não é sobre setor, é sobre bens e serviços que são consumidos pelo consumidor final", afirmou.

Para o secretário, os setores subestimam a carga tributária atual ao dizer que haverá aumento de preços e apresentam números que "enganam" ou "não fazem sentido".

Appy admitiu que, politicamente, será necessário abrir exceções na reforma, mas espera que sejam as mínimas possíveis. "Nenhum setor da economia será prejudicado pela **reforma tributária** por conta do impacto positivo sobre o crescimento", garantiu.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Confederações da agricultura, do comércio e do

transporte dizem que a reforma geraria aumento de preços. Eles citam 22% sobre a cesta básica, 38% em medicamentos, 22% no plano de saúde. Esses cálculos batem com os do governo?

Os setores só conseguem ver a carga na parte final que estão recolhendo diretamente, e você tem sempre uma grande incidência cumulativa nas etapas anteriores. O importante é olhar para a carga efetiva que incide sobre o consumidor hoje considerando todas as etapas da cadeia. No geral, nossa percepção é de que essa carga que incide sobre o consumo hoje é bem maior do que o setor costuma estimar. Desse ponto de vista, não consigo imaginar em hipótese nenhuma haver um aumento de 38% em um imposto que terá alíquota de 25%.

A CNA diz que, se o produtor rural for incluído como contribuinte do IVA/IBS, o impacto na carga tributária da agricultura seria de 875%. O que significa?

É um número que engana. Quase sempre eles subestimam a carga efetiva porque deixam de olhar toda a cumulatividade que existe. O produtor rural hoje está comprando insumos tributados e não recupera o crédito. Isso, provavelmente, eles não estão olhando. Pequenos produtores rurais muito provavelmente exigirão um tratamento específico. Como vai ser, é uma decisão política e técnica, espero eu.

A Fecomércio (SP) disse que a alíquota do IVA Federal, para o setor não ter aumento de carga, deve ser de 6,5%. É viável?

Esse argumento não faz o menor sentido. O IVA é um imposto sobre bens e serviços vendidos ao consumidor final. O consumidor final não consome comércio, consome mercadorias e serviços. O comércio é uma etapa da cadeia. 6,5% de quê? Tem comércio que tem alta margem e tem comércio que tem baixa margem.

Então o senhor não vê necessidade de alíquota diferenciada por setor?

Não, não faz sentido. A questão não é setor. Esquece setor, a tributação não é sobre setor, é sobre bens e serviços que são consumidos pelo consumidor final. Pode ter algum sistema diferenciado de tributação em algumas etapas do processo. Faz sentido, por

exemplo, ter uma tributação diferenciada para pequenos produtores rurais? Muito provavelmente sim. Mas é uma coisa mais operacional.

Nem para os serviços?

Também não faz sentido nenhum. É preciso tomar muito cuidado com essa generalização "o setor de serviços". Há serviços que não têm justificativa para ser menos tributados do que mercadorias. Por exemplo, aluguel de automóveis, que hoje não paga nem ICMS nem ISS, tem de pagar o mesmo imposto de venda de automóveis, ou está distorcendo.

Na discussão, tem de olhar o todo. Politicamente será necessário ter algumas exceções, algumas de ordem técnica, como tributação de bens imóveis, tributação de serviços financeiros. Mas que seja o mínimo possível, porque, quanto mais diferenciações, mais complexo fica o sistema.

Por que insistem nesse ponto se o senhor já disse isso algumas vezes?

Todo mundo tenta levar o máximo possível. Quem não chora não mama, esse é o ponto. Eles pensam: "E se eu conseguir manter a tributação mais baixa para o consumidor final e ainda levar um ganho?" Quando se incorpora o crescimento da economia, é positivo para todo mundo, todos os setores.

Se vários setores querem tratamento diferenciado e há uma premissa na reforma de não haver aumento de carga tributária, alguém vai pagar mais. Quem?

O ideal é que no mínimo se reduzam as distorções que existem hoje. O ponto é "é justo que o setor x seja menos tributado do que o setor y?". Essa é a questão. O Congresso é que terá de decidir. O segundo ponto é, se for justo, qual a melhor forma de fazer essa diferenciação, via alíquota menor ou via um sistema de cashback, que acaba beneficiando mais famílias de baixa renda? É uma decisão política. Todo mundo esquece de falar aquilo que vai cair. Vai cair a conta de celular, vai cair a tributação sobre eletricidade, setores muito tributados.

Vai cair a demanda pelos produtos mais tributados?

Não. Há estudos que mostram isso. No nível agregado, isso não acontece, todos os produtos têm aumento de demanda. Nenhum setor da economia será prejudicado pela **reforma tributária** por conta do impacto positivo sobre o crescimento.

O senhor fala do papel do Congresso, o presidente Lula fala em passar a reforma possível. Isso não deixa muito espaço para o Legislativo mexer mais do que o

governo gostaria?

Na hora que você explicita que o tratamento diferenciado por setor implica uma alíquota mais alta para os outros, isso ajuda a tomar uma decisão política que seja a melhor possível. São informações que o Executivo vai dar para o Legislativo para que ele possa tomar sua decisão. A **reforma tributária** possível, no nosso ponto de vista, tem de ser a melhor do ponto de vista técnico que seja a politicamente possível. Vai ter exceções demais? Espero que não, porque compromete o conceito de ser a melhor do ponto de vista técnico.

"Todo mundo tenta levar o máximo. Quem não chora não mama. Pensam: "e se conseguir manter a tributação mais baixa para o consumidor final e ainda levar um ganho?" Quando se incorpora o crescimento da economia, é positivo para todo mundo"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara adia votação do projeto das fake news



FOTO: BRUNO SHERA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

“
Vamos consolidar a incorporação de todas as sugestões feitas de modo que possamos ter posição que unifique o plenário da Câmara num movimento de combater desinformação, garantir liberdade de expressão, responsabilidade para as plataformas e transparência na internet”

■ Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do projeto das fake news



Deputados contrários ao projeto das fake news fizeram protesto no plenário da Câmara e ameaçaram com obstrução se houvesse votação

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação do Projeto de Lei 2.630/20, que cria legislação para combater fake news nas mídias sociais. A decisão foi tomada após pedido do relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), e consulta dos líderes partidários. "Ouvindo atentamente o pedido do relator, que para mim já é suficiente, e os líderes, que na sua maioria encaminham por uma saída da manutenção do diálogo, o projeto não será votado na noite de hoje", anunciou Lira, que não definiu a nova data de votação. Republicanos, PT, PDT, Psol, PCdoB, Patriota concordaram com o adiamento, com voto contrário de PL e Novo. O líder do PP, deputado André Fufuca (PP-MA), afirmou que os deputados também precisam de tempo para analisar o texto de Orlando Silva. "É de conhecimento de todos que fica inviável avo-tação desta matéria. O relator recebeu mais de 90 emendas para um projeto que muitos não conhecem o texto", afirmou.

Orlando Silva pediu mais tempo para ajustar o texto depois de reunir-se com líderes partidários. "Não tivemos tempo para examinar todas as sugestões", afirmou o relator, que vai incorporar as sugestões feitas e apresentar novo parecer. "Vamos consolidar a incorporação de todas as sugestões feitas de modo que possamos ter uma posição que unifique o plenário da Câmara dos Deputados num movimento de

combater desinformação, garantir liberdade de expressão, responsabilidade para as plataformas e transparência na internet", declarou.

Segundo o relator, um dos pontos controversos é a fiscalização da lei. "Especulamos hoje durante todo o dia sobre alguns caminhos alternativos para que a lei tenha um mecanismo de fiscalização que garanta seu cumprimento, aplicando inclusive sanções", Orlando Silva. A redação original previa a criação de uma entidade autônoma para fiscalização, enquanto a última versão deixou esse ponto para regulamentação futura.

O deputado Carlos Veras (PT-PE) destacou que o Parlamento não pode deixar de regulamentar o tema. "Este Congresso tem responsabilidade, e eu não tenho dúvida de que isso não vai faltar. Nós não vamos faltar com a sociedade e com o povo brasileiro. É urgente dar um basta na irresponsabilidade que têm tido as plataformas com a vida do brasileiro", disse. O líder do Republicanos, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a discussão da proposta foi contaminada pela polarização e "por narrativas".

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) afirmou que o adiamento comprova a necessidade de criação de uma comissão especial para analisar o tema. A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) também defendeu o adiamento da votação em busca de consenso. "Temos um desafio social de unificar todos que sabem da necessidade de garantir transparência, liberdade de expressão para o usuário, mas combater os crimes e a desinformação que custam vidas", ressaltou.

IMPASSE A discussão do projeto de combate às fake news dominou os pronunciamentos em plenário e as negociações políticas ontem. Contrário ao texto, o PL apresentou requerimentos para obstruir a votação. Republicanos, Novo, PSDB e Cidadania também anunciaram voto contrário à proposta. A deputada Bia Kicis (PL-DF) afirmou que a proposta vai levar à perseguição política nas redes. "Aprovar esse projeto é legitimar a perseguição, a censura e o rompimento com o devido processo legal. E nós não podemos fazer isso", disse.

O deputado Gustavo Gayer (PL-GO) pediu que o texto seja rejeitado. "Escutem o clamor das pessoas que

estão, talvez pela última vez, usando as redes sociais e pedindo socorro. Se isso aqui passar, o efeito vai ser contrário. Nós jogaremos os nossos filhos para a "deep web", aquela parte obscura da internet, porque eles terão medo de usar a internet padrão", disse. Para o deputado Messias Donato (Republicanos-ES), a proposta vai limitar a liberdade dos cidadãos. "Quando falamos sobre liberdade, não falamos sobre posicionamento político ou ideológico, falamos sobre defender uma conquista que obtivemos há séculos, mas que ainda hoje, em pleno ano de 2023, há quem queira tomá-la", destacou.

A proposta cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e estabelece obrigações a serem seguidas por redes sociais, aplicativos de mensagens e ferramentas de busca na sinalização e retirada de contas e conteúdos considerados criminosos.

Lula se reúne com Lira no Alvorada

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na manhã de ontem, no Palácio da Alvorada, para discutir o projeto de lei das fake news, cuja votação acabou sendo adiada ontem à noite. Lira chegou à residência oficial da Presidência da República por volta de 9h15 e permaneceu no local por cerca de 45 minutos. Aliados de Lula, no entanto, afirmam que o encontro já estava marcado desde a semana passada e que o objetivo seria discutir a relação do governo com a Câmara, mas a reunião não constava na agenda oficial de Lula. Após a reunião, Lula recebeu ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) e os líderes do governo no Senado e na Câmara, respectivamente, Jaques Wagner (PT-BA) e José Guimarães (PT-CE).

O Palácio do Planalto tem dificuldade para formar base no Congresso e aprovar projetos de interesse do governo, como o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**. A Câmara vem criticando a articulação política a cargo de Alexandre Padilha. Em entrevista no fim de semana Lira criticou Padilha. Disse que o ministro é "sujeito fino e educado", mas que vem tido dificuldades. "Não tem se refletido em uma relação de satisfação boa. Talvez a turma precise descentralizar mais, confiar mais. Se você centraliza, prende muito", afirmou Lira ao jornal O Globo.

Ontem, ao chegar à Câmara dos Deputados, no final da tarde, Lira já cogitava a possibilidade de adiamento do projeto das fake news. "Se não tiver voto, meu intuito é que não vote hoje", afirmou. A possibilidade de adiamento veio da pressão comandada pelas chamadas big techs, pela bancada evangélica e pelo bolsonarismo, que apelidaram o texto de "PL da

Censura". A urgência da proposta foi aprovada na última terça-feira, por 238 votos a favor e 192 contrários. Acordo feito por líderes partidários previa a votação do mérito ontem. Ao longo da semana passada, no entanto, o projeto começou a enfrentar resistência crescente.

Para tentar contornar os entraves, o relator do PL, deputado Orlando Silva (PC do B-SP), amenizou o texto. Ele incluiu dispositivo para tentar assegurar que conteúdos postados por esses religiosos e seus fiéis não fossem derrubados por plataformas por serem considerados ofensivos à população LGBTQIA+. A mudança foi insuficiente para aplacar a resistência dos evangélicos. No sábado, o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, anunciou que o partido votará contra o projeto. Ele disse que os votos favoráveis a uma tramitação mais célere não se confundem com a posição em relação ao mérito do tema.

"Ninguém assumiu o compromisso de votar o projeto propriamente dito. É verdade que ele [relator] fez vários ajustes no texto, acatou muitas sugestões da bancada evangélica, de vários parlamentares de vários partidos, inclusive do Republicanos, mas o texto continua ruim." Além disso, retirou a previsão de uma agência reguladora, entidade que a oposição vinha apelidando de Ministério da Verdade. Deputados viam risco de interferência ideológica na agência, com a retirada de conteúdos de opositores.

Além da resistência no Congresso, o projeto também tem sido bombardeado pelas big techs. Na segunda-feira, o Google posicionou um link abaixo da caixa de busca, com os dizeres: "O PL das fake news pode piorar sua internet". O link, retirado ontem, direcionava para um post do blog do Google com inúmeras críticas ao projeto. O diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, Marcelo Lacerda, qualificou o PL das Fake News de vago. Ele também defendeu que a empresa já adota medidas para moderar conteúdo de ódio e que a responsabilidade por violência nas escolas não é só das plataformas.

A votação do PL das fake news ganhou força no governo Luiz Inácio Lula da Silva após os ataques golpistas de 8 de janeiro e depois dos ataques a escolas em São Paulo e em Blumenau (SC).

O texto original traz entre outros pontos, uma série de obrigações às plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagem, como a moderação de conteúdo. O relatório estipula ainda que a imunidade parlamentar material prevista na Constituição se estende às redes sociais. Além disso, determina que contas de presidentes, governadores, prefeitos, ministros, secretários e outros cargos são

consideradas de interesse público. A partir disso, proíbe que os detentores restrinjam a visualização de suas publicações por outros usuários.

Para as redes sociais há obrigações, por exemplo, de produção de relatórios de transparência e de identificação de todos os conteúdos impulsionados e publicitários. Segundo o texto, as decisões judiciais que determinarem a remoção imediata de conteúdo ilícito relacionado à prática de crimes referidos na lei deverão ser cumpridas pelas empresas em até 24 horas, sob pena de multa entre R\$ 50 mil e R\$ 1 milhão por hora de descumprimento.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/05/2023/p1>

A economia no fim da fila - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

O governo e o comando da Câmara acharam que seria viável instalar várias CPIs (uma mista), votar um Projeto de Lei (das fake news) que mexe em pesados interesses econômicos e no nervo exposto da polarização política e, ao mesmo tempo, votar em tempo recorde o Projeto de Lei que muda toda a estrutura da política fiscal do país.

A batalha em que se transformou a tramitação do PL 2.630 mostra que houve excesso de otimismo quanto à possibilidade de matérias econômicas urgentes passarem ao largo da conflagração política.

E, com a instalação da CPI do 8 de Janeiro nos próximos dias, o tumulto só crescerá.

Diante desse quadro, a expectativa generalizada para o anúncio da taxa Selic pelo Copom hoje é a manutenção dos 13,75%, apesar das cobranças incisivas de Lula e de seus ministros e de o clamor pela necessidade de o Banco Central começar a baixar a curva de juros ter se espreado para setores mais amplos da política, do pensamento econômico, do setor produtivo e, aqui e ali, até de instituições financeiras.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) do famoso arcabouço fiscal ainda é uma abstração que precisa ganhar concretude na discussão do Congresso.

Acontece que, num sistema centralizado na figura do presidente da Câmara, como o instituído por Arthur Lira, quando estoura uma crise como a atual, que envolve Executivo, Supremo Tribunal Federal e grandes empresas e divide bancadas de praticamente todos os partidos, não sobra braço, horário na agenda e foco para tratar de outros assuntos.

O temor do governo de que a pauta econômica fosse ficar a reboque da política nunca foi uma desculpa esfarrapada para barrar uma CPI. É o que sempre acontece com temas como esse, que monopolizam a atenção da imprensa.

Sem muita esperança quanto à redução da Selic agora, dada a cacofonia reinante e a paralisia da discussão do PLP do marco fiscal, resta esperar pelo tom do **comunicado** do BC, que ganhou relevância

desde que o governo e Roberto Campos Neto entraram nesse jogo para ver quem pisca primeiro.

Quem esteve com o presidente da autoridade monetária nas muitas ocasiões recentes em que ele falou publicamente a respeito da cobrança pelo início da trajetória de queda da Selic relata ter visto nele um desejo de que o governo "lhe dê motivos" para acenar positivamente a esse respeito. Empresários e senadores que ouviram suas falas em Londres e no Congresso contam com um **comunicado** com notas otimistas, portanto.

A incógnita é o efeito da permanência dos 13,75% sobre o humor de Lula, que nem no palanque do 1º de Maio se esqueceu desse seu quase monotema de início de mandato. E aí se voltará a discutir a possibilidade de o Conselho Monetário Nacional, integrado por dois ministros seus e pelo próprio Campos Neto, avaliar mudanças na meta de **inflação** - se não no índice de 2024, segundo o mercado uma emenda pior que o soneto, ao menos no intervalo para a fixação da meta a ser perseguida, à luz do que já acontece noutros países.

O ideal seria que a Câmara desse o primeiro passo, antes do CMN. O teto de gastos já está em coma há anos e precisa ser substituído por um mecanismo que, ainda que não seja perfeito e ideal, seja crível e exequível.

Deputados e senadores têm um trabalho minucioso a fazer, a começar por aprimorar os mecanismos de responsabilização em caso de as metas fiscais virarem apenas uma carta de intenções sem nenhum grau de compromisso, do tipo se rolar, rolou, se não, tentamos de novo no ano que vem.

Para isso, será necessário que a discussão ande, até porque a ela estão ligadas outras de igual relevância, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a **reforma tributária**. Com as querelas políticas dominando a cena, isso parece estar longe do horizonte.

O Projeto de Lei Complementar do famoso arcabouço fiscal ainda é uma abstração que precisa ganhar concretude

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ

A economia no fim da fila

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Reforma tributária deve afetar lucro das companhias abertas



André Ítalo Rocha

Com a **reforma tributária** de volta à pauta do Congresso, investidores questionam analistas sobre o impacto das discussões em Brasília nas empresas listadas na B3. Embora ainda não haja um projeto pronto para ser usado como referência, gestoras, corretoras e casas de análise têm mergulhado em planilhas e no complexo sistema de **tributos** do país para chegar a uma resposta.

Um estudo feito pela Kinea Investimentos estima que as companhias listadas terão, em média, um impacto negativo de 18% sobre o lucro líquido em um primeiro momento. A conta toma como ponto de partida a PEC 45, apresentada em 2019 e desenhada pelo tributarista Bernard Appy, que no governo Lula assumiu o cargo de secretário especial para a **reforma tributária**. O projeto propõe a unificação de **cinco impostos** (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) em um só tributo, o IBS, com uma alíquota de 25%.

Outra diferença importante é que a cobrança do IBS seria feita sobre o consumo e não sobre a produção - e sem ser cumulativa.

Ou seja, se uma fabricante de veículos compra pneu para montar um carro, o imposto será recolhido nessa transação, mas pode virar crédito quando uma nova cobrança for feita na venda do automóvel ao

consumidor.

Para a Kinea, trata-se de uma dinâmica beneficiária as empresas que têm custos maiores em comparação à receita, porque conseguiriam gerar mais créditos na compra de insumos e abatê-los na sequência.

No entanto, no recorte da bolsa, há poucas que se salvariam em uma análise de curto prazo. Dos setores observados pela Kinea, apenas o de consumo não cíclico - que envolve negócios mais resilientes a oscilações econômicas, como supermercados e produtores de alimentos, com margens mais apertadas - teria um efeito positivo no lucro líquido, de 8%.

Entre os demais, os mais prejudicados seriam os de software (49%), serviços financeiros (40%), saúde (35%), consumo discricionário (16%), commodities (8%), shoppings (3%) e energia (3%).

A Kinea não chega a falar individualmente de empresas, mas há um outro estudo, do Santander, que compara o efeito dos **impostos** sobre a receita bruta das companhias, antes e depois da reforma (também com alíquota única de 25%), e mostra que bancos como BTG Pactual, Banco do Brasil e Bradesco estariam entre os mais afetados. A exposição da receita aos **tributos**, nesses três casos, saltaria de 5% para 17%, de 6% para 16% e de 7% para 14%, respectivamente.

O gosto amargo da reforma, contudo, seria apenas no início. A economista Daniela Lima, da Kinea, ressalta que a unificação dos **tributos** tornaria mais fácil a vida das empresas brasileiras, que gastam em média 1,5 mil horas por ano para pagar todos os **impostos**, mais do que qualquer outro país, segundo o ranking Doing Business, do Banco Mundial.

"A simplificação traz um ganho que é difícil de mensurar e de colocar na conta. Imagina o quanto uma empresa deixaria de desperdiçar em tempo e dinheiro com compliance e escritório de advocacia para dar conta de tanta complexidade tributária", ela afirmou.

Além disso, enfatizou a economista, existe a expectativa de que o caráter não cumulativo da reforma, com os créditos tributários sendo abatidos ao longo da cadeia, gere um incremento de 20% para o

PIB do país ao longo dos próximos 15 anos, o que, naturalmente, seria positivo para todas as empresas.

A simplificação do sistema é apenas uma parte da conversa.

Um outro debate envolve os incontáveis regimes especiais de tributação que existem no país, com incentivos fiscais aplicados por Estados ou para setores específicos.

O discurso do governo é de tentar eliminá-los ao máximo, para diminuir as jabuticabas, mas esse esforço pode esbarrar em custos políticos e em lobbies de empresários em Brasília.

Se o governo conseguir levar a promessa adiante, o varejo será um dos que mais vão sentir, por terem ampla exposição a estímulos de Estados. Segundo estudo feito pela Empiricus, os benefícios fiscais da Arezzo, por exemplo, que incluem incentivos no Rio e no Espírito Santo, representam 36% do lucro líquido.

Por outro lado, a eliminação dos regimes especiais pode tornar os investimentos das empresas mais orientados por decisões de mercado e menos por questões fiscais. "Na Arezzo, a fábrica fica no Rio e o centro de distribuição fica em outro Estado, no Espírito Santo, porque existem os incentivos tributários. Se isso acabar, a companhia pode racionalizar a operação e diminuir custo de mão de obra", disse a analista Larissa Quaresma, da Empiricus.

Para os analistas do Itaú BBA, que também fizeram um estudo, o cenário mais provável é que as empresas do varejo repassem o impacto negativo da reforma ao preço pago pelo consumidor.

Ainda assim, ponderam, esta não será uma tarefa fácil, uma vez que o poder de compra da população não vive seus melhores momentos, com o crédito pressionado pelos juros altos, o que pode reduzir o volume de vendas.

Há nuances políticas, porém, que podem salvar a pele de algumas empresas. Companhias que se beneficiam de incentivos nas regiões Norte e Nordeste e as empresas de educação e saúde podem contar com a boa vontade do governo. A gestão Lula, vale lembrar, tem uma agenda mais ligada à redução da desigualdade econômica e a temas sociais.

Se essa tendência se confirmar, seria um alívio e tanto para as empresas de educação. Sem considerar os regimes, a participação dos **tributos** na receita bruta da Cruzeiro do Sul, por exemplo, saltaria de 3% para 15%, na conta do Santander. Na Cognia, passaria de 2% para 10%. E na Ser Educacional, com sede em

Pernambuco, o impacto subiria de 3% para 13%.

Nos cálculos do Itaú BBA, entre as empresas de saúde e educação, a farmacêutica Hypera é a que está mais exposta, com um efeito negativo estimado em cerca de 30% do seu lucro líquido em 2023 e 2024. O risco adicional gerado pela discussão da reforma até motivou o banco a reduzir o preço-alvo para a ação da companhia, de R\$ 54 para R\$ 50, embora tenha mantido a recomendação de compra.

A empresa, lembra a instituição financeira, conta com benefícios ligados ao JCP (juros sobre capital próprio) e ao ICMS. No ano passado, ambos representaram 34% do lucro líquido da companhia, que somou R\$ 1,7 bilhão.

Enquanto o ganho com o JCP correspondeu a 19% do total, o ICMS ficou com 15%. Para o analista Vinicius Figueiredo, do Itaú BBA, o benefício que mais corre risco de ser eliminado é do JCP, por ser um exemplo clássico de jabuticaba brasileira. "É algo que já é discutido há muito tempo, desde outros governos, e é muito específico do mercado de capitais brasileiro", disse.

"A simplificação traz ganho difícil de mensurar e de colocar na conta" Daniela Lima

18% É o impacto negativo médio sobre o lucro

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187534>

Juros: hora de virar o disco

O Senado promoveu uma sessão de debate sobre "Juros, **Inflação** e crescimento econômico", com a participação de ministros, senadores, representantes do setor privado e economistas com formação acadêmica. Em que pesem as muitas vozes ponderadas, fugindo de Fla-Flus, é inevitável a leitura que os ouvidos moucos aos argumentos técnicos do presidente do Banco Central decorrem da inadequada politização do tema por parte de importantes atores políticos, na esteira das próprias críticas do presidente Lula ao BC.

A insistente pressão para o corte da Selic prejudica institucionalmente o regime de metas de **inflação** e, pior, desvia o país dos debates urgentes sobre as razões da fraqueza estrutural da economia.

Além da confusão usual entre fatores de curto prazo e longo prazo que afetam o crescimento, atribuindo-se à política monetária um status que não condiz com sua natureza de curto prazo, dá-se excessiva importância à sua capacidade de afetar a performance na indústria, mesmo no curto prazo. O impacto da taxa Selic na produção industrial é muito menor do que se imagina.

O gráfico apresentado ajuda a compreender esse ponto.

Primeiramente, as grandes variações da produção industrial decorreram de choques externos - a crise global de 2008-09 e a pandemia - a greve dos caminhoneiros em 2018 também machucou o setor. Fora esses episódios, a produção oscila pouco, sentindo moderadamente o ciclo monetário.

No governo Lula, até eclodir a crise de 2008, a indústria acumulou alta de 30%, com taxa Selic real média (descontada a expectativa inflacionária para 12 meses à frente) de quase 11% ao ano. Foi um período, no entanto, de redução estrutural dos juros e maior ímpeto da indústria.

Em que pese o impacto de curto prazo da política monetária no setor, havia causas comuns regendo os dois movimentos: a robusta dinâmica internacional que alimentou o boom de commodities e reformas estruturais, notadamente no mercado de crédito, que produziram ganhos de produtividade na economia.

Os sinais de estagnação da indústria ficaram visíveis já em 2010, e assim seguiu até a grande recessão na gestão Dilma, sendo que a indústria, mais sensível a

erros de política econômica e ao custo-Brasil, entrou em crise antes do setor de serviços. Isso tudo com juros reais nas mínimas históricas.

Com Dilma, houve contração de 17% da indústria, com Selic real média em 4,7%, ainda que em alta. Os juros ficaram estruturalmente mais elevados diante dos muitos equívocos na política econômica e excessos fiscais.

A interrupção da grande recessão na indústria se deu em 2016, no governo **Temer**, mesmo com juros reais nas alturas.

Desde 2018, a produção industrial anda praticamente de lado - seu patamar atual está 17% abaixo do período pré grande recessão. E a taxa de juros real oscilou bastante. Saiu de 7% nominal ou 2,9% real, chegou a 2% nominal e -1,9% real em 2020 e agora está em 13,75% nominal e 8% real. Enquanto isso, a produção industrial pouco se alterou - excetuando o período da pandemia.

A importância excessiva atribuída aos juros elevados, que são consequência e não causa de distorções da economia, contribui para afastar o país do enfrentamento dos problemas estruturais que amarram a indústria. A defesa da **reforma tributária**, por exemplo, é praticamente ausente. Quase nada se fala da qualidade da educação básica de massas, que propiciaria a empregabilidade nas classes populares e maior renda.

O consumo (aparente) de bens de consumo (calculado pela soma da produção e da importação desses bens, descontadas as exportações) está 20% abaixo do patamar anterior à grande recessão, sem sinais de recuperação. E a culpa da reduzida demanda não é dos juros.

Pesa bastante o baixo capital humano no país, que prejudica as classes médias e, assim, o crescimento do mercado consumidor, além de deprimir a produtividade na economia. Aqui, muitos outros temas se somam, como a elevada insegurança jurídica a frear o investimento.

Em um país com tanto consumo reprimido das classes médias, espanta o "samba de uma nota só" dos juros altos.

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/zeinalatif/coluna/2023/05/juros-hora-de-virar-o-disco.ghtml>

Bolsonaristas e evangélicos barram PL das Fake News - NAS ENTRELINHAS



POR LUIZ CARLOS AZEDO

Subiu no telhado o chamada PL das Fake News, que regulamenta a atuação das big techs no país - Google, Facebook, Twitter, Instagram, TikTok, WhatsApp, Telegram e outras gigantes da tecnologia digital. O projeto seria votado ontem, em regime de urgência, mas uma articulação do PL (bolsonaristas), do Republicanos (evangélicos), da Federação PSDB-Cidadania e do Novo surpreendeu o relator Orlando Silva (PCdoB-SP), que foi aconselhado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que apoiaria o projeto, a pedir o adiamento da votação.

Não havia garantias de que o projeto seria aprovado, porque também surgiram questionamentos nas bancadas que apoiaram o pedido de urgência. Os deputados foram muito pressionados por influenciadores digitais mobilizados pelas big techs, principalmente o Google. Os líderes que apoiam o projeto ofereceram muitas sugestões de emenda, a maioria dos quais ainda serão examinadas.

Na avaliação de Orlando Silva, provavelmente, o projeto somente voltará a ordem do dia na segunda quinzena deste mês, porque Arthur Lira, que seria o fiador da aprovação da nova lei, viajará na próxima semana. A maior dificuldade de acordo é a definição do mecanismo de fiscalização das postagens, que a oposição rejeita, com argumento de que é a volta da censura.

O relator procurou "caminhos alternativos" para que a lei tenha algum mecanismo de fiscalização e aplicar sanções. "Mesmo após vários encontros e ouvir todas as bancadas, nós não tivemos, eu assumo como

minha responsabilidade de relator, tempo útil para examinar todas as sugestões", disse Orlando Silva.

O relatório torna crime a promoção ou financiamento de divulgação em massa de mensagens com conteúdo inverídico por meio de conta automatizada, as chamadas contas-robôs. Também exige que provedores tenham representação por pessoa jurídica no Brasil; sejam responsabilizados pelos conteúdos de terceiros cuja distribuição tenha sido impulsionada por pagamento; mantenham regras transparentes de moderação; retirem conteúdos que violem direitos de crianças e adolescentes; remunere conteúdos jornalísticos utilizados por provedores; e estende a imunidade parlamentar às redes sociais.

É a segunda vez que o projeto entra na ordem do dia e não é votado. A primeira foi no ano passado, quando o pedido de urgência foi rejeitado por sete votos. Desta vez, a nova conjuntura criou condições mais favoráveis para aprovação do projeto. Jair Bolsonaro, que usa e abusa de fake news, não é mais presidente. A tentativa de golpe de 8 de janeiro revelou que toda a organização para a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo foi feita pelas redes sociais.

Outro fator importante a favor da aprovação do projeto é o inquérito das fake news, a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que tem um diagnóstico comprovado de como as redes sociais estão sendo utilizadas para solapar a democracia brasileira. Nesse aspecto, vítimas de ameaças e calúnias pelas redes sociais, os ministros do Supremo, liderados pela presidente da Corte, Rosa Weber, querem dar um basta à omissão das big techs quanto a isso. A posição da maioria dos ministros é de que "o que não é legal na realidade também não deve ser na vida virtual".

Gigantes

Existe um amplo movimento na sociedade a favor da regulamentação das redes, dos artistas ao sistema financeiro, mas acontece que as big techs são as empresas mais poderosas do planeta.

Entretanto, nem tudo são flores para as gigantes norte-americanas da tecnologia, que começam a sofrer as consequências da alta dos juros nos Estados Unidos, da concorrência com as gigantes chinesas e

da regulamentação de sua atuação na Europa e outros países.

Apple, Amazon, Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) e Alphabet (Google Microsoft) perderam US\$ 3,901 trilhões em valor de mercado no ano passado. Isso equivalia a cerca de R\$ 21 trilhões, na cotação de 4 de janeiro. Seus donos também perderam muito dinheiro. Elon Musk deixou de ser o homem mais rico do mundo em dezembro: seu patrimônio encolheu em US\$ 212 bilhões. Além de dono do Twitter, Musk é o dono da montadora de carros elétricos Tesla, que também teve perdas.

Os números são impressionantes: Apple perdeu 32%, hoje vale US\$ 2.010 bilhões; Microsoft, 31%, vale US\$ 1.708 bilhões; Alphabet, 40%, vale US\$ 1.044 bilhões; Amazon, 49%, vale US\$ 869 bilhões; e Meta, 64%, está valendo US\$ 338 bilhões. O bicho papão parece ser a chinesa TikTok, com um ganho médio anual de 67% em horas diárias gastas por usuário nos EUA de 2018 a 2021, superando muito os seus rivais.

Companhias globais de tecnologia chegam a pagar até 76% menos **impostos** no Brasil que as demais empresas do mesmo porte, segundo o insuspeito deputado federal José Maia do Partido Liberal (PL-RN), um dos autores do projeto de regulamentação das big techs. O valor de mercado das multinacionais de tecnologia chega a ser 2,5 vezes o **PIB** (Produto Interno Bruto) do Brasil.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/03/all.pdf>

Taxação de fortunas rende prêmio de jovem economista



Gabriel Zucman, 36, especialista em desigualdade e política tributária. Foto: P. P. - 19.jun.23/World Economic Forum

Douglas Gavras

O economista francês Gabriel Zucman, 36, especialista em desigualdade e política tributária, é o vencedor do prêmio John Bates Clark de 2023.

A medalha John Bates Clark é um prêmio dado anualmente para "o economista com menos de 40 anos que fez uma contribuição significativa para o conhecimento econômico" pela American Economic Association. Até 2009, o prêmio era dado a cada dois anos.

Professor associado da Universidade da Califórnia em Berkeley, Zucman é coautor de "The Triumph of Injustice" (O Triunfo da Injustiça), em que discute como os ricos pagam poucos **impostos** e o que deve ser feito para que eles sejam mais taxados.

Também escreveu "The Hidden Wealth of Nations" (A Riqueza Oculta das Nações). O economista desenvolveu também diversos trabalhos sobre o tema com o economista Thomas Piketty.

No **comunicado**, a associação diz que Zucman fez contribuições fundamentais para o campo da economia e que é reconhecido como um dos maiores especialistas mundiais em evasão fiscal, tendo contribuído para a literatura sobre medição e explicação do aumento da desigualdade econômica.

"Sua pesquisa fornece pistas importantes que municiam debates políticos sobre o desenho de sistemas tributários em todo o mundo", diz o texto.

A entidade também ressalta que o trabalho de Zucman

tem levado a pesquisa econômica a compreender que esse fenômeno é mais importante do que se pensava anteriormente.

A associação destaca que no trabalho "The Missing Profits of Nations" (Os lucros perdidos das nações, publicado na Review of Economics Studies) Zucman estimou o volume de transferência de lucros internacionais por empresas multinacionais.

"Zucman e os coautores estimam que 36% dos lucros das multinacionais em todo o mundo são transferidos para paraísos fiscais", diz o **comunicado**.

"Obrigado, American Economic Association, por essa incrível honra. Sou imensamente grato aos muitos coautores, mentores, colegas e alunos com quem aprendi tanto e que tornaram toda essa pesquisa possível", escreveu o pesquisador em sua conta no Twitter.

Antes do francês, a entidade já premiou outros jovens pesquisadores que ganhariam destaque nos anos seguintes, como Robert Solow (1961), Lawrence Robert Klein (1959), Joseph Stiglitz (1979) e Paul Krugman (1991).

"Zucman é um dos economistas mais importantes do momento estudando desigualdades de riqueza e o desenho de sistemas de tributação capazes de lidar com essas desigualdades", avalia o pesquisador brasileiro Guilherme Lichand, da Universidade de Zurique, na Suíça, também especialista no tema.

"O que torna seu trabalho ainda mais interessante e importante é o fato de ser ligado a um tema de política internacional, a taxação de riqueza. Um assunto que tem sido alvo de diversas discussões recentes nos Estados Unidos e também no Brasil."

Em um artigo publicado no jornal Valor Econômico, Lichand também ressaltou que Zucman -em parceria com o economista Emmanuel Saez no artigo "Wealth Taxation: Lessons from History and Recent Developments" (Tributação da Riqueza: Lições da História e Desenvolvimentos Recentes)- conclui que as razões mais importantes para a baixa tributação da riqueza em países europeus são políticas, não econômicas.

Além de o limite de isenção dos **impostos** sobre riqueza ser baixo historicamente, falta um sistema similar ao de controle da renda para cruzar dados bancários e registros de propriedade para definir a riqueza tributável, explica Lichand. Além disso, os governos taxam por local de residência, o que aumenta o temor de que os mais ricos se mudem para outros países.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50265&maxTouch=0&_ga=2.18931064.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

BC manterá hoje juros e tom conservador, dizem analistas

Nathalia Garcia

A manutenção da taxa básica (Selic) no patamar de 13,75% ao ano nesta quarta-feira (3) pelo Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central (BC) é dada como certa pelo mercado financeiro.

A expectativa é que a decisão venha acompanhada de uma mensagem dura, em tom conservador, sobre os juros, em linha com as recentes declarações do presidente do BC, Roberto Campos Neto, no Congresso.

Para os economistas ouvidos pela Folha, é improvável que o Copom sinalize quando os juros poderão começar a cair. A expectativa é de que a estratégia de autarquia siga inalterada apesar da intensa pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de outros membros do governo por um alívio nas taxas.

No Dia do Trabalho, em ato unificado das centrais sindicais na segunda-feira (1º), Lula voltou a criticar o atual patamar da Selic.

"A gente não pode viver mais num país onde a taxa de juros não controla a **inflação**. Ela controla, na verdade, o desemprego nesse país, porque ela é a responsável por uma parte da situação em que vivemos hoje", disse.

Em entrevista à Folha publicada no domingo (30), o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, chamou Campos Neto de "empata gol" na economia e sugeriu que o Senado faça pressão sobre o presidente do BC.

Mauro Rochlin, professor da FGV (Fundação Getulio Vargas), vê a postura irredutível da autoridade monetária como reflexo desse "bombardeio", que teria gerado um efeito contrário ao pretendido pelo governo.

"O Banco Central tem de mostrar que, de fato, é autônomo, que não se dobra a pressões e, portanto, faz a política monetária que achar mais adequada. Agora, a mais adequada é a que mostra que ele tem independência", diz.

"Se esse debate todo não tivesse sido feito na cozinha, tivesse sido feito de maneira mais técnica, acho que nesse momento o Banco Central estaria mais à vontade para sinalizar uma flexibilização da

política."

O economista considera que a Selic foi ajustada em 13,75% ao ano em uma realidade muito diversa da atual e defende o afrouxamento da política monetária.

"Careceu uma recalibragem da taxa diante de um novo cenário, mesmo que a gente considere que houve um artificialismo na redução [da **inflação** de 2022], da canetada do governo Bolsonaro. Não vejo sentido em uma taxa Selic em 13,75%", afirma.

O especialista se refere à mudança de alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis, capitaneada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a corrida eleitoral.

"Que a gente talvez ainda precise de uma dose de taxa de juros um tanto elevada, ok, mas está exagerada. A gente tem uma taxa em um patamar incompatível", diz.

Na direção oposta, parte dos economistas considera que o vigor da atividade econômica e a contínua piora das expectativas de **inflação** mostram que o cenário doméstico ainda inspira cuidados e justifica a postura mais cautelosa do Copom.

Leonardo Costa, economista da ASA Investments, destaca a força do mercado de trabalho mostrada pelos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados na última quinta-feira (27). Em março, o Brasil gerou 195 mil empregos com carteira assinada -alta de 97,6% na comparação com o mesmo período de 2022.

"A gente continuou a ver piora das expectativas e o ritmo da atividade surpreendendo para cima. São motivadores que atrapalhariam a convergência da **inflação**. Se destaca o mercado de trabalho, com Caged muito forte na semana passada. E houve uma piora na média de núcleos de **inflação**", afirmou.

Apesar da desaceleração dos preços indicada pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), de 5,36% para 4,16% no acumulado de 12 meses, a **inflação** de serviços, que tem sido monitorada com atenção pelo BC, seguiu em um patamar alto em abril.

Costa ressalta ainda que a reoneração de **impostos** sobre combustíveis fará a **inflação** voltar a acelerar no terceiro trimestre e ficar longe do teto da meta de 4,75% para este ano -definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Segundo ele, a manutenção dos juros "parece bastante razoável" dado o ambiente doméstico.

Maurício Oreg, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, também não vê exagero no patamar de juros sustentado pelo BC e defende que a autoridade monetária trabalhe pela manutenção de um ambiente de **inflação** baixa para que o Brasil cresça de forma sustentável.

"O BC precisa de política monetária contracionista para fazer com que a atividade perca dinamismo. Infelizmente, é assim que funciona. Precisa criar ociosidade na economia para gerar espaço para a redução de uma **inflação** mais cíclica, **inflação** de demanda", afirmou.

Mercado eleva para 1% estimativa de expansão do **PIB**

Reuters Analistas consultados pelo BC passaram a ver um crescimento de 1% neste ano, melhorando a projeção depois de dados do BC terem surpreendido, segundo a pesquisa Focus do BC divulgada nesta terça (2).

No levantamento da semana anterior, a projeção de expansão do **PIB** era de 0,96%. Para 2024, a contase segue sendo de um crescimento de 1,41%.

A mudança ocorre na esteira da divulgação na sexta-feira passada de que o índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) registrou crescimento de 3,32% em fevereiro em relação ao mês anterior, graças ao desempenho das atividades agrícola e de serviços.

O boletim Focus, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou ainda que a expectativa para a alta do IPCA em 2023 foi ajustada em 0,01 ponto percentual para cima, para 6,05%. O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25% e para 2024 e 2025 é de 3%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que a taxa básica de juros deve terminar este ano em 12,50% e o próximo em 10%, sem alterações.

Para a reunião desta quarta (3) do Copom, os

especialistas seguem vendo manutenção da Selic nos atuais 13,75%.

Bolsa cai 2,4% e dólar supera R\$ 5 antes de decisões do Copom e do Fed, nos EUA

A Bolsa de São Paulo fechou em queda nesta terça-feira (2), acompanhando os índices americanos e com cautela do mercado antes de decisões de política monetária do BC e do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), nesta quarta (3). O Ibovespa fechou em queda de 2,40%, aos 101.926 pontos. O dólar subiu 1,16%, a R\$ 5,046. O recuo na Bolsa brasileira acompanha os Índices dos Estados Unidos, impactados pela preocupação com o setor bancário do país. Dow Jones e Nasdaq fecharam com desvalorização de 1,08%, enquanto o S P 500 caiu 1,16%.

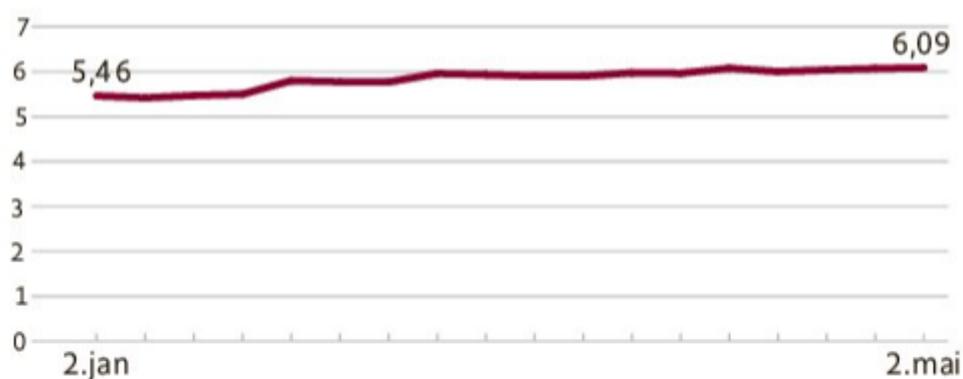
Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50265&maxTouch=0&_ga=2.18931064.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

A expectativa dos analistas do mercado

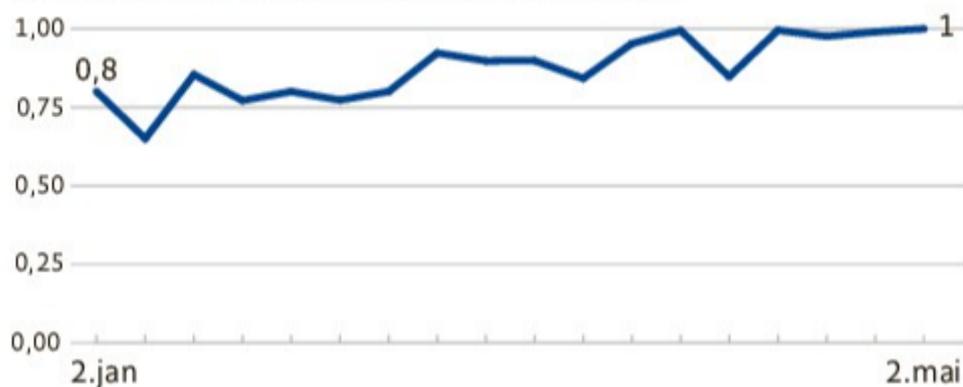
O que esperam os analistas para a inflação...

Mediana das expectativas para o IPCA no final de 2023, em %



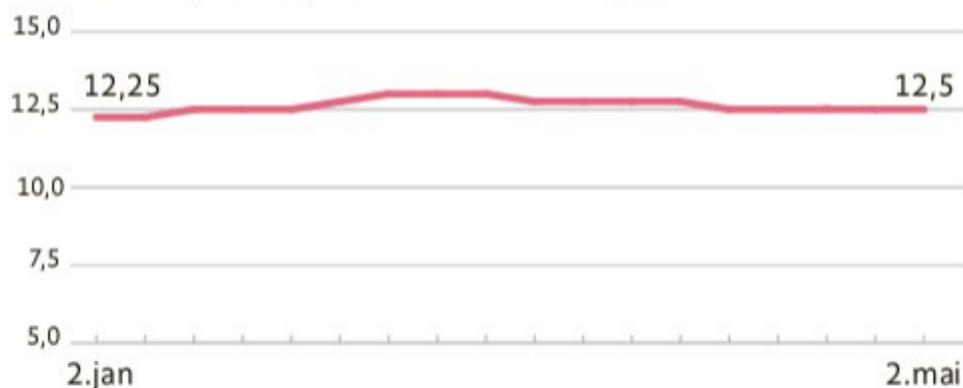
... para a atividade...

Mediana das expectativas para o PIB no final de 2023, em %



... e para a taxa básica de juros

Mediana das expectativas para a Selic no final de 2023, em %



* Expectativas informadas nos 5 dias úteis anteriores
Fonte: Banco Central - Focus

Impostos sobre a renda - BERNARDO GUIMARÃES

BERNARDO GUIMARÃES

O pronunciamento do presidente parecia anunciar uma grande mudança: "a faixa de isenção do Imposto de Renda havia oito anos estava congelada em R\$ 1.903. A partir de agora, o valor até R\$ 2.640 não pagará nem mais um centavo de Imposto de Renda".

Sim. Mas antes quem recebia R\$ 2.379 também não pagava -o que era deduzido na fonte voltava no ano seguinte.

Se não houvesse correção alguma na tabela, quem tem salário de R\$ 2.640 pagaria, no final, uns R\$ 15 por mês de Imposto de Renda (fazendo a declaração simplificada). Algo como 0,6% do ganho mensal.

A questão sobre tributação da renda do trabalho é bem maior que isso e muito importante.

Em primeiro lugar, a contribuição previdenciária é muito maior que o Imposto de Renda para quem ganha entre 1 e 5 salários mínimos. O funcionário paga entre 7,5% e 14% do seu salário e o empregador paga 20% -com algumas exceções, como sempre. Por exemplo, empregadores domésticos pagam 8%.

A contribuição do empregador pode parecer menos importante, mas não é. Não importa muito se o imposto é recolhido por quem paga ou por quem recebe o salário. Se o imposto sobre o empregador é mais alto, o salário que ele topa pagar para um funcionário é menor. Então boa parte do imposto acaba, de qualquer forma, afetando quanto o trabalhador recebe.

Assim, o total de contribuições previdenciárias custa uns 30% do salário (e pouco mais da metade disso para empregados domésticos). Por outro lado, o Imposto de Renda para quem ganha R\$ 4.000 por mês é algo como 3% do salário.

Em segundo lugar, não é óbvio quanto queremos taxar as pessoas em cada faixa de renda.

Se a tabela do Imposto de Renda tivesse sido reajustada pela **inflação** nos últimos anos, quem ganha R\$ 3.000 ou R\$ 4.000 não pagaria Imposto de Renda. Pessoas nessa faixa de renda estão entre os 20% maiores salários do Brasil. Faz sentido que elas

paguem um pouco de Imposto de Renda?

A questão é interessante, mas o Imposto de Renda é uma pequena parte dos **impostos** sobre o trabalho. Não faz sentido considerá-lo isoladamente.

Por fim, o que está em jogo não é apenas uma questão distributiva. As regras tributárias, além de definir quanto cada um paga, afetam os empregos criados e o que é produzido na economia.

Isso é particularmente importante em países como o Brasil, onde muitas pessoas trabalham sem carteira assinada -ou no setor informal, ou como pessoas jurídicas, emitindo notas fiscais como se fossem empresas.

O objetivo da informalidade é fugir da tributação. Se as alíquotas fossem reduzidas, os incentivos para trabalhar como pessoa jurídica seriam menores. Mais gente pagaria os **impostos**. O aumento da base tributária compensaria parte da queda das alíquotas.

Além disso, empresas que não empregam sem carteira assinada estariam em melhores condições de competir no mercado de trabalho e contratariam mais. Os empregos criados seriam diferentes.

Não é claro, porém, o tamanho desse efeito. E as mudanças não aconteceriam rapidamente. Muitos dos ganhos entrariam no orçamento do próximo presidente.

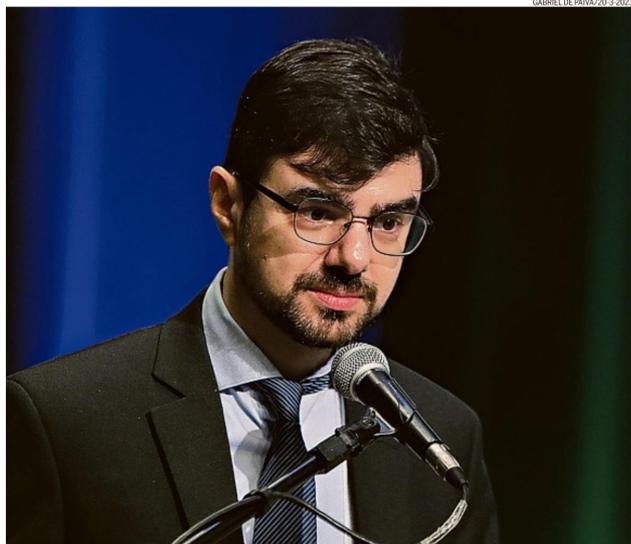
As guerras de narrativas nas redes sociais discutem os números da tabela do IR como se houvesse uma briga entre o bem e o mal. É difícil progredir desse jeito, mas não parece que sairemos dessa logo. Assim caminha a sociedade, com passos de formiga, sem vontade.

Regras de tributação da renda têm grandes impactos na informalidade, nos empregos e na distribuição de recursos. É um tema difícil, mas importante, e há espaço para melhora.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50265&maxTouch=0&_ga=2.18931064.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

"Nenhum país adota a criminalização da política fiscal"



Mudança. Guilherme Mello diz que, no modelo do arcabouço, não há incentivo para alterar a meta no meio do caminho

MANOEL VENTURA E ELIANE OLIVEIRA

Guilherme Mello/ secretário de política econômica da fazenda

MANOEL VENTURA E ELIANE OLIVEIRA

economia@oglobo.com.br

Brasília

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, rebate as críticas de que o arcabouço fiscal não prevê punição ao presidente da República pelo eventual descumprimento das metas fiscais. Ele afirma que a nova regra tem incentivos mais corretos, ao determinar corte no crescimento de gastos no ano seguinte e obrigar o presidente a se explicar ao Congresso numa carta. Um dos auxiliares mais próximos de Fernando Haddad, ele responde à crítica do ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, que afirmou no Senado que a aritmética do arcabouço fiscal não fecha.

Há uma preocupação de que o crédito direcionado do BNDES reduza a potência da política monetária. A Fazenda vê isso?

Essa é uma discussão antiga. O BNDES já teve um volume de operações significativamente maior do que hoje, com taxas de juros que eu não diria subsidiadas, mas muito mais subvencionadas. Então, crédito

direcionado não significa, necessariamente, crédito subsidiado. O mercado de crédito mudou muito. Esse não é o elemento fundamental para explicar a Taxa Selic.

O governo irá cortar despesa?

Estamos propondo corte de despesas, estamos propondo o corte de gastos tributários. Estamos falando em fazer uma reavaliação desses gastos, para encontrar onde estão as ineficiências e, ao mesmo tempo, fortalecer os investimentos de boa qualidade. É uma questão qualitativa. Estamos substituindo gastos de baixa qualidade por investimentos de alta qualidade, que distribuem renda e geram empregos, que aumentam o rendimento dos trabalhadores e que direcionam o país à transformação produtiva que precisa.

O que o senhor considera inegociável, que não pode ser alterado no projeto?

O arcabouço traz o desenho geral de como serão definidos o crescimento dos gastos, o resultado primário, e como será compatibilizado isso com a sustentabilidade da dívida. Achemos importante que as características essenciais da proposta, de viabilizar e compatibilizar responsabilidade fiscal e responsabilidade social, sejam preservadas. Os parâmetros, eventualmente, o desenho de alguma questão ou outra, você pode discutir, ajustar.

Há críticas por não ter punição em caso de descumprimento da meta. Isso pode ser mudado?

Há punição pelo descumprimento da meta. Antes não havia essa possibilidade porque constituía-se crime. Então, se colocava uma meta frouxa ou mudava-se a meta para ela ser cumprida, por exemplo. O que estamos fazendo é substituir uma sanção criminal por uma sanção político-reputacional e uma sanção econômica. A sanção política será o fato de que o presidente precisa escrever uma carta explicando por que não cumpriu o compromisso. E a sanção econômica é que no ano seguinte o ritmo de crescimento do gasto vai precisar diminuir. Nenhum país adota a criminalização da política fiscal.

Não é um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)?

Nós preservamos o espírito da LRF, que é o objetivo de alcançar superávits, de estabilizar a dívida. Só que substituímos o mecanismo de sanção criminal por um mecanismo muito mais eficaz. E não tem incentivo para mudar a meta no meio do caminho.

A lei não poderia trazer mecanismos de correção de gastos claros em caso de descumprimento da meta?

O que nós estamos fazendo é diferente, é dizendo que vai ter que cortar. Onde vai cortar, cada governo vai dizer. De toda forma, o governo vai ter que reduzir gastos no ano seguinte se não cumprir a regra. Existe punição, ela é efetiva, ela precisa ser cumprida no ano seguinte. O que existe é apenas uma flexibilidade do ponto de vista de onde vão ser os cortes. Existe a punição e o enforcement. Nós achamos que ele cria os incentivos mais corretos que o enforcement anterior.

Como o senhor vê críticas de setores do PT ao arcabouço?

A democracia é ruidosa, e o PT é um partido democrático. Eu tenho certeza que o PT, assim que definir uma posição como partido, como de costume, vai votar unificado. Mas, assim como virão emendas de outros partidos, de outros setores econômicos, também virão sugestões de emendas do PT, dos sindicatos, dos movimentos sociais. Estamos dispostos a discutir com todos os setores da sociedade.

Há uma crítica no PT de que o ritmo de alta do gasto no arcabouço é menor do que em governos anteriores.

De fato. No governo FH foi mais de 2,5% ao ano, por exemplo. Estamos sendo mais restritivos. Porque precisamos recuperar a trajetória de sustentabilidade. Ao mesmo tempo, esse ritmo de alta é capaz de manter e fortalecer as políticas públicas.

Como o senhor responde às críticas de Arminio Fraga de que a aritmética não fecha?

O arcabouço prevê a recuperação de superávits primários. Não vejo incompatibilidade entre o que estamos dizendo e o que o Arminio disse. Nós concordamos. Estamos também falando em recuperar o patamar de receitas que existia, inclusive, até o ano passado, recuperar o patamar histórico, mas também um tempo muito recente. Não é uma aposta em elevação substancial da carga tributária, como ocorreu, por exemplo, entre 1998 e 2002, no período em que ele estava no governo.

A aritmética do arcabouço faz sentido?

É a que mais faz sentido, já que você está em uma situação de déficit primário e almeja recuperar o superávit. O que fizemos é uma conta simples: para sair do déficit e chegar no superávit é necessário que o crescimento das despesas seja inferior ao das receitas. Quanto mais rapidamente recuperarmos a base fiscal, sem criar novos **impostos** ou aumentar alíquotas, só combatendo privilégios e distorções, mais rapidamente vamos conseguir.

"Substituímos o mecanismo de sanção criminal por um mecanismo muito mais eficaz"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad vai ao STF para garantir receita



Segundo estimativa do governo, ampliação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL possibilitará alta de R\$ 90 bilhões na arrecadação deste ano

Rafaela Gonçalves Fernanda Strickland

Após reunião com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, na manhã de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que aguarda um "desfecho rápido" no caso da regra de incidência de **tributos** federais sobre incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ou Serviços (ICMS). O assunto é acompanhado com muito interesse pelo Executivo, pois pode proporcionar ao governo um incremento na arrecadação de R\$ 90 bilhões apenas neste ano. "Creio que fomos felizes na explicação e, obviamente, isso deve ter um desfecho, imagino que rápido, no Supremo Tribunal Federal", declarou a jornalistas.

Na última semana, André Mendonça suspendeu a aplicação de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, por unanimidade, julgou que a União pode cobrar o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre determinados incentivos fiscais do ICMS concedidos por governos estaduais a empresas (veja arte).

O ministro do STF atendeu a um pedido da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que argumentou haver risco de aumento repentino da carga tributária sobre as empresas, diante da possível ampliação do entendimento favorável ao governo a outros **impostos** federais. A decisão foi proferida quando o julgamento no STJ já estava em andamento.

Mendonça argumentou que o Supremo também possui processos sobre a exclusão ou não de isenções de ICMS da base de cálculo de **tributos** federais, motivo pelo qual seria necessário aguardar a decisão da

Corte antes que o julgamento do STJ pudesse produzir efeitos.

Desfecho rápido

Haddad disse que solicitou o encontro de ontem para explicar a diferença entre a decisão tomada na semana passada pelo STJ e a ação debatida no Supremo, que trata de PIS/Cofins. "Eu fui explicar, com muito respeito, ao ministro André Mendonça, que nos recebeu, e ao Jorge Messias (advogado-geral da União), justamente a diferença entre a questão do PIS/Cofins e a decisão sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social, que são completamente diferentes", afirmou.

"No primeiro caso, o Supremo decide sobre um imposto federal incidente sobre um imposto estadual pago pelo contribuinte. E, no STJ, trata-se de um imposto federal sobre um imposto estadual não pago. Então, é totalmente diferente a situação", disse Haddad.

Segundo fontes da Fazenda, a expectativa do ministro é de que André Mendonça revogue a liminar antes mesmo que ela seja avaliada pelo plenário do STF.

O ministro da Fazenda enfatizou que houve uma "vitória importante" no STJ sobre o tema por causa da decisão unânime do colegiado (9 votos a 0). A expectativa do governo é de arrecadar cerca de R\$ 90 bilhões com a cobrança dos **tributos**. A decisão do STJ foi anunciada em meio a esforços da Fazenda para aumentar a arrecadação, vista como fator essencial para o sucesso do novo arcabouço fiscal, atualmente em tramitação no Congresso.

Diferenças

A advogada tributarista Eduarda Prada Radtke, do escritório Flávio Pinheiro Neto Advogados, observou que a suspensão da decisão do STJ foi determinada por uma decisão monocrática do ministro André Mendonça, que ainda precisa passar pelo plenário do Supremo, a menos que próprio ministro revogue a liminar. "O STF está julgando a exclusão, da base de cálculo do PIS e da Cofins, dos valores correspondentes a crédito presumido do ICMS decorrente de incentivo fiscal estadual ou do Distrito Federal. Já o STJ está julgando a exclusão de outros benefícios fiscais da base de cálculo do IR e da CSLL", explicou.

Radtke destacou a diferença entre as ações. "As duas discutem a incidência de **tributos** federais sobre um valor que é considerado um benefício fiscal. Mas uma discute contribuição, PIS e Cofins, e outro discute Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. São temas diferentes e julgamentos diferentes, cada um sob seu trâmite", afirmou.

Segundo a advogada, a decisão é de extrema importância para rebalancear o pacote fiscal. "Para equilibrar um pouco a balança, se conta com o aumento de arrecadação, criação ou até aumento de base de cálculo de alguns **tributos** já existentes, e também de entendimentos do Judiciário como esses. Com a decisão do STJ, é possível arrecadar mais sem precisar criar um imposto ou aumentar a base de cálculo. Então, é de extrema importância, porque a conta tem que fechar", avaliou Radtke.

"Creio que fomos felizes na explicação e, obviamente, isso deve ter um desfecho, imagino que rápido, no Supremo Tribunal Federal" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/03/all.pdf>

Disputa de bilhões

Complexidade da legislação tributária está na raiz do embate entre governo e empresas

- O que está em análise no STJ e no STF é se descontos na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), concedidos por estados a empresas, fazem parte ou não da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ambos tributos federais.
- Em julgamento anterior, o STJ havia decidido que os incentivos conhecidos como créditos presumidos do ICMS (uma subvenção concedida pelos estados para fomentar investimentos e desenvolvimento econômico) não podem ser tributados pelo IRPJ e pela CSLL.
- Na semana passada, porém, o STJ decidiu, por unanimidade, que outros tipos de incentivos de ICMS, como isenções, reduções de base de cálculo ou de alíquotas, devem integrar a base de cálculo do IRPJ e CSLL.
- Hoje, esses benefícios fiscais não aparecem claramente na contabilidade das empresas e na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O governo entende que esses benefícios constituem um ganho das empresas e, por isso, devem ser tributados.
- A alíquota conjunta do IRPJ e da CSLL pode chegar a 34%. Se uma empresa tem um benefício fiscal que reduziu em R\$ 1 milhão o montante a ser pago de ICMS, por exemplo, a tributação de IRPJ e CSLL desse benefício será de R\$ 340.000.
- O governo calcula que, se a cobrança do IRPJ e a CSLL for feita dessa forma, poderá ter um ganho de arrecadação de até R\$ 90 bilhões somente em 2023.



Fonte: Alison Fernandes, advogado tributário da Macro Contabilidade e Consultoria

Valdo Virgo/CB/D.A Press

O império dos jabutis continua a reinar - RAPHAEL DI CUNTO

RAPHAEL DI CUNTO

Eram óbvias as reais intenções, mas o tempo sempre ajuda a clarear o que está por trás das ações dos políticos. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), bateu o pé contra a volta das comissões mistas para analisar as medidas provisórias (MPs). Queria manter o modelo que vigorou na pandemia, em que esses textos eram votados diretamente no plenário da Câmara e, depois, no do Senado, sem passar pela análise prévia e audiências públicas num colegiado formado por deputados e senadores.

Lira tinha seus argumentos, a maioria deles de interesse apenas das disputas palacianas, como reclamações sobre prazos e a falta de quórum. Um desses argumentos, contudo, de fato deveria preocupar a sociedade civil: as negociações (e negociatas) para aprovar as MPs nas comissões faziam com que saíssem com numerosos contrabandos legislativos, os famosos "jabutis", segundo o presidente da Câmara. O relato, vindo de alguém nesta posição, deveria alertar a todos.

Os "jabutis", para quem não conhece, são populares no Congresso, apesar do clima árido do cerrado. Como a medida provisória tem prazo de 120 dias para ser votada, um setor, empresa ou grupo de interesse entrega a um parlamentar seu pleito para ser protocolado como emenda e incorporado na MP. Jabuti não sobe em árvore e se chegou lá é porque alguém o colocou. É muito, mas muito mais rápido do que propor um projeto de lei e esperar toda a sua tramitação.

Foi por meio de emendas a MPs que a Ford prorrogou seus incentivos fiscais por cinco anos para montar veículos na Bahia (e depois abandonou o Brasil sem utilizá-los todos), que a Cacaó exigiu tratamento igual e adiou o fim de seus incentivos no Centro-Oeste e grupos estrangeiros passaram a poder comprar 100% dos hospitais no país.

Essas mudanças rápidas na legislação podem gerar muito dinheiro (ou fazer alguém perder muito dinheiro). Outro exemplo. As "cinquentinhas", motos de até 50 cilindradas, ganhavam cada vez mais mercado. Importadas da China, era mais baratas que motos de maior potência, não pagavam taxas e não exigiam

Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Também eram responsáveis por muitos acidentes no trânsito até que emenda aprovada em uma MP em 2015 passou a exigir emplacamento e um documento semelhante à CNH.

As vendas caíram de 160 mil para 4 mil/ano, as importadoras faliram e as grandes fabricantes de motos voltaram a dominar o mercado de duas rodas.

Caso famoso foi a "MP do fim do mundo", às vésperas da eleição de 2014. Era uma MP complexa e extremamente técnica sobre tributação de empresas, cuja ementa já faria o leitor abandonar esta coluna de tão complicada. Relatada pelo notório Eduardo Cunha, na época líder do MDB e que ainda sonhava em presidir a Câmara, o texto passou de 57 páginas para 120. Foram tantos artigos, vírgulas e parágrafos incluídos que nem as operações Lava-Jato e Zelotes foram capazes de revelar todos os interesses por trás daquele parecer.

O Supremo Tribunal Federal (STF) tratou de por um freio de arrumação em 2015 ao proibir a inclusão de "conteúdo estranho" ao tema da proposta.

Não foi de todo suficiente, mas agora os lobistas precisam pelo menos esperar a edição de MPs com temática semelhante.

Feito o relato histórico, voltemos ao argumento do presidente da Câmara: ele caiu por terra semana passada. A MP editada para adiar a exigência de exame toxicológico para motoristas profissionais entrou com três páginas, saiu com 16 e mudou do funcionamento do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a regras de frete. A votação começou sem que o parecer estivesse sequer publicado. Quem acompanhava de longe, sem acesso aos corredores de Brasília, não fazia ideia do conteúdo.

No dia anterior, a MP que restringiu os beneficiários da isenção de **impostos** federais para o setor de turismo e eventos trilhou caminho igual.

Alguns pareceres foram publicados pelo relator, que também é o líder do governo, mas não agradaram os colegas.

O texto que de fato foi votado foi publicado no fim da tarde e passava de três para 15 artigos.

Surgiram desde a desoneração do diesel e mudanças no ICMS a um subsídio (com recursos do trabalhador) aos empréstimos do BNDES e a retirada de 5% dos recursos do Sistema S para fortalecer o orçamento da Embratur, comandada pelo ex-deputado Marcelo Freixo.

O partido Novo solicitou que Lira excluísse os jabutis, mas ele negou. Disse que a MP tratava de isenção do PIS, fonte de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que teria a taxa de remuneração alterada para o BNDES. "É exatamente disso que trata a matéria questionada", afirmou.

O tempo mostrou que a preocupação não era com a quantidade de jabutis nas MPs, mas com quem decidiria os relatores responsáveis por aceitá-los ou não. Quando a votação era direto no plenário, Lira indicava sozinho essa pessoa. Nas comissões, há revezamento entre deputados e senadores e nos partidos.

Não é por outro motivo que Lira convenceu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a reenviar a MP do **Carf** como projeto de lei. Quer definir quem fará as negociações. Não se surpreenda se a mesma estratégia se repetir, quando o governo decidir enviar ao Congresso outras medidas consideradas estratégicas pelo Palácio do Planalto e pela equipe econômica.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187534>

Mercado vê inflação em alta e Selic estável

Marcelo Casal/Agencia Brasil



Expectativas de inflação em alta levam autarquia a agir com cautela

RAFAELA GONÇALVES

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) começou ontem a terceira reunião do ano para definir a taxa básica de juros. Mesmo com as pressões do governo pela redução da taxa, a expectativa dos analistas é de que o órgão deve anunciar hoje a manutenção da Selic em 13,75% ao ano.

Embora tenha parado de subir em agosto do ano passado, a taxa está no nível mais alto desde o início de 2017, e os efeitos do aperto monetário são sentidos no encarecimento do crédito e na desaceleração da economia.

Na segunda-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia para comemorar o 1º de Maio, disse que a Selic é responsável pelo desemprego. Ontem, questionado por jornalistas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que o Copom poderia iniciar o processo de corte dos juros nesta semana.

No entanto, declarações recentes do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, deram a entender que o desejo da equipe econômica não deve se concretizar neste encontro. Os especialistas também apostam na manutenção dos juros.

"Esperamos que a Selic seja mantida, em razão da permanência da desancoragem das expectativas de **inflação**, do desvio em relação à meta, e da **necessidade** de consolidação do processo de

desinflação", destacou Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Rena. Segundo o economista, "a deterioração das expectativas de **inflação** e o desvio ainda elevado em relação à meta de **inflação** geram desconforto e afetam as projeções do BC".

A projeção do mercado financeiro para a **inflação** em 2023 voltou a subir pela quinta semana consecutiva, passando de 6,04% para 6,05%, segundo os dados do Relatório Focus, divulgados ontem pelo BC. Para 2024, a mediana para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) manteve-se em 4,18%. Para 2025, permaneceu em 4%.

A meta de **inflação** perseguida pelo BC é de 3,25% em 2023, e 3% em 2024 e 2025, sempre com margem de 1,5 ponto percentual, para cima ou para baixo. A mediana das estimativas para a taxa Selic manteve-se em 12,50% no fim de 2023, 10% no de 2024 e 9% em 2025.

Diretoria

Haddad sinalizou que a definição dos novos nomes para o comando do BC deve sair ainda nesta semana. Atualmente, há duas vagas para indicação do governo, nas diretorias de Política Monetária e de Fiscalização. Os mandatos dos atuais ocupantes terminaram em fevereiro e cabe ao presidente Lula, indicar os substitutos. Nos bastidores circulam os nomes de Rodolfo Fróes para o cargo de diretor de Política Monetária de Rodrigo Monteiro para a área de Fiscalização da autarquia.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/03/all.pdf>

Mercado financeiro aposta em taxa básica de juros mantida em 13,75%

ITALO BERTÃO FILHO E DANIEL TOZZI

O mercado financeiro é unânime na aposta de que a Selic, a taxa básica de juros da economia, será mantida em 13,75% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que teve início ontem e termina hoje. Mas a avaliação é de que possíveis alterações na meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), além do nível de desaceleração econômica e do processo de redução da **inflação** já em curso, poderão mudar a trajetória da política monetária.

A maioria (74%) das 42 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast prevê início do ciclo de cortes da Selic ainda neste ano. Seis delas (14%) projetam redução da taxa ainda no segundo trimestre; 19 (45%), no terceiro; e seis (14%), no quarto. Outras 11 instituições esperam cortes só em 2024: nove (21%) no primeiro trimestre e seis no segundo (6%).

A mediana das projeções agora indica juros em 12,5% no fim de 2023, nível menor do que os 12,75% apurados no levantamento realizado após a ata do Copom de março. A estimativa intermediária se manteve em 10% para o fim de 2024 e subiu de 8,88% para 9% para o fim de 2025.

REVISÃO DE PROJEÇÕES.

O C6 Bank antecipou recentemente a projeção de início dos cortes na taxa Selic do primeiro trimestre de 2024 para o terceiro deste ano. De acordo com a economista da instituição Claudia Moreno, a antecipação se deve à perspectiva de que as metas de **inflação** de 2024, 2025 e 2026 serão alteradas na reunião de junho do CMN, de 3% para 4,5%. "O governo tem enfatizado que quer ver cortes na Selic e já falou algumas vezes que uma meta de 3% é baixa para o País", diz.

Na avaliação da economista, a antecipação do ciclo de cortes decorre apenas da mudança da meta, sem qualquer relação com a apresentação do arcabouço fiscal ou com o ritmo da **inflação** corrente. "Como a meta a ser perseguida vai ser a de 4,5%, haverá espaço para os cortes agora, de acordo com o modelo que o Banco Central utiliza para os juros", avalia.

Na projeção do C6, a Selic deve se manter estável nas

reuniões de maio, junho e agosto do Copom, com um corte de 0,25 ponto porcentual em setembro, seguido de cortes de 0,50 ponto a cada reunião até maio de 2024. A taxa básica de juros encerraria 2023 em 12,5% e 2024 em 11%.

O economista-chefe da Análise Econômica, André Galhardo, por sua vez, espera o começo do ciclo de cortes na reunião de junho, com uma queda de 0,25 ponto porcentual, a 13,5%. Para ele, há um processo de desinflação em curso que não pode ser ignorado pela autoridade monetária. "Temos um cenário desafiador, só que há uma melhora tímida, mas contínua, dos indicadores qualitativos de **inflação**", afirma o economista, que vê os argumentos da autoridade monetária para manutenção da taxa em 13,75% como "escassos", tendo em vista o nível de desaceleração da atividade econômica.

REMÉDIO FORTE". "Cortando a Selic já em junho, a taxa de juros continuará suficientemente elevada até o fim do ano para conduzir o processo de de-sinflação", afirma Galhardo. "Não tem cabimento termos a taxa real mais alta do mundo neste momento. É um remédio muito forte e muito potente." Galhardo espera também uma mudança na meta de **inflação** em junho, com manutenção do alvo em 3,25% para 2023 e elevação da meta fixada para 2024 de 3% para 3,5%, com aumento também das bandas, de 1,5 ponto porcentual para 2 pontos porcentuais.

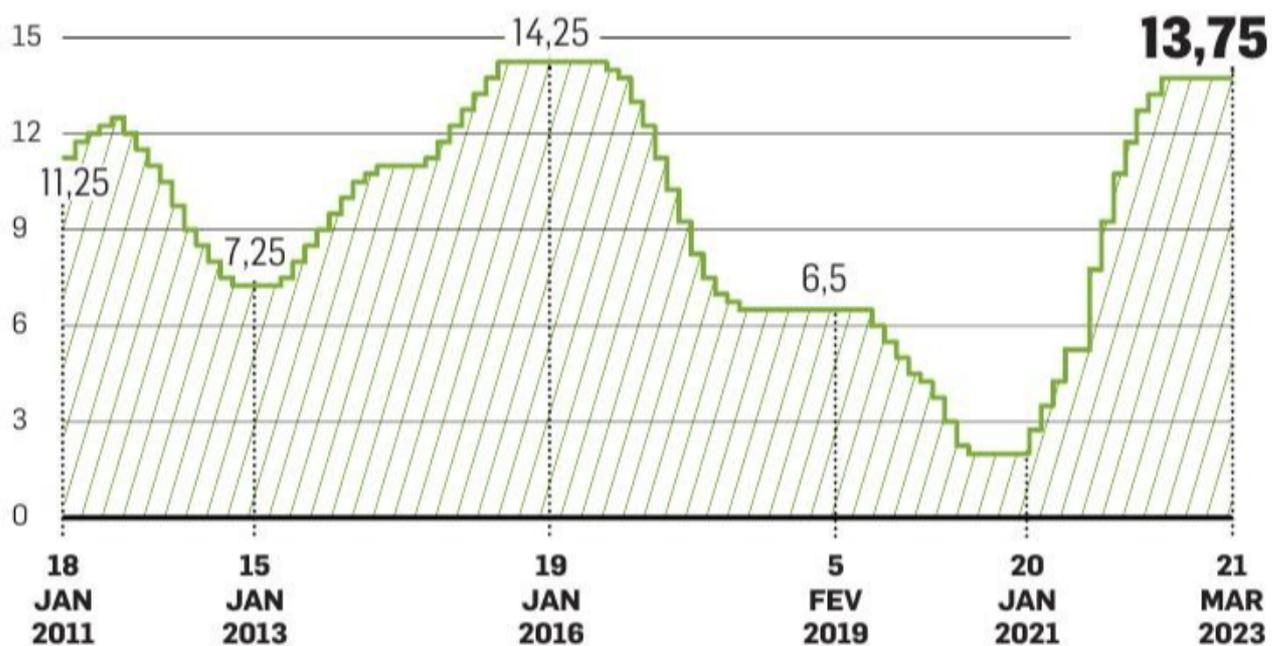
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A TRAJETÓRIA DA TAXA DE JUROS

BC decide sobre Selic em reunião hoje

Meta Selic

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Persistência da inflação sobe para 4,67% este ano e "segura" queda do IPCA em 2024

Lucianne Carneiro Do Rio

Muito tem se discutido nos últimos meses sobre a viabilidade da atual meta de **inflação** do país, de 3,25%, e a possibilidade ou a necessidade de uma mudança. Os indicadores mais recentes de atividade econômica - com alta de serviços, números mais positivos do mercado de trabalho que o esperado pelo mercado e o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) - também levantam questionamentos sobre a capacidade de a atual taxa básica de juros esfriar a economia.

Um estudo feito pelo economista- chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho, aponta que a chamada persistência da **inflação** também está acima da meta e das expectativas do mercado para este e os próximos dois anos. Pelas contas do economista, a partir de modelos econométricos, a persistência da **inflação** brasileira subiu para 4,67% em 2023, dificultando que o Índice de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA) fique abaixo desse nível neste ano e no próximo. Em 2021, estava em 4,33%.

O indicador calculado por Velho é chamado de persistência da **inflação**, ou uma proxy do que seria a **inflação** estrutural. O conceito, segundo ele, inclui não apenas a inércia inflacionária - quando preços são influenciados pelo comportamento passado - como a estrutura de custos da economia, que considera limitações da infraestrutura e da cadeia produtiva, ligadas à produtividade da economia, e também à situação fiscal.

O economista atribui o aumento a uma piora do cenário fiscal do país e ao choque em preços de commodities como petróleo e agrícolas. Como a economia brasileira ainda tem elevado nível de indexação, diz ele, isso se reforça.

"Os cálculos mostram esse aumento da persistência da **inflação** entre 2021 e agora. Os governos, nem o anterior nem este, não estão cumprindo a regra do teto de gastos. Exclusão para lá, exclusão para cá. Isso pressiona a estrutura de custos e a **inflação** estrutural.

Houve guerra, minichoque de preços de commodities energéticas, uma parte agrícola, dos cereais da Ucrânia e da Rússia. Além disso, o modelo [econométrico] vai captando as séries da **inflação**,

dos juros.... Se olhar nos últimos três anos, o Banco Central descumpriu as metas", afirma.

As projeções de mercado pelo Boletim Focus apontam para o descumprimento da meta em 2023, 2024 e 2025. O cenário para o IPCA, por esta mediana do mercado, está em 6,05% para 2023, 4,18% para 2024 e 4% para 2025.

Nas projeções de Eduardo Velho, a **inflação** deve ficar em 7,04% em 2023 e 5,22% em 2024. O cenário apontado pela **inflação** estrutural, argumenta Velho, sugere a maior dificuldade de o Banco Central cumprir a meta de **inflação**.

Ainda assim, ele sugere a manutenção da meta de **inflação**, mas com uma mudança do prazo de cumprimento. Sua ideia, também defendida por outros economistas, é a alteração do horizonte da meta, do ano-calendário para um período de 12 meses.

Ao comentar o cálculo da persistência da **inflação**, o coordenador dos Índices de Preços do FGV Ibre, André Braz, destaca o elevado nível de indexação no país. O fenômeno aparece tanto em preços administrados quanto em preços livres, como são os casos de aluguéis residenciais e mensalidades escolares, que ele chama de "preços livres com cara de administrados".

"Temos muitos preços livres e administrados que seguem uma indexação pesada. Mais da metade do IPCA tem rigidez, se considerarmos que 30% do IPCA são serviços livres e 25% são monitorados. E isso reforça o cuidado da autoridade monetária com os juros", diz ele.

Economista da Kinitro Capital, João Savignon afirma que a inércia ganha mais peso na **inflação** em cenários em que há desancoragem das expectativas - quando as estimativas ficam acima da meta do governo para um período -, como o que ocorre atualmente.

"Quando a expectativa está desancorada, acaba perdendo a importância para a formação dos preços. E a inércia vai no sentido contrário, a **inflação** passada acaba sendo mais relevante para explicar a **inflação** atual", aponta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187534>

Persistência da inflação

Estimativas para índice (em %)



Fonte: JF Trust